

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e
antissociais

João António Moreira Grilo

Dissertação de Mestrado para obtenção de grau de Mestre em Psicologia Comunitária e
Proteção de Menores

Orientador: Prof. Doutor Francisco Simões, membro integrado da Comissão de Educação e
Desenvolvimento (CED) e investigador de pós-doutoramento no CIS – IUL
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2016

Para a minha Mila.

Agradecimentos

Esta dissertação não seria possível se caminhasse sozinho. Este momento, só é possível graças a todos aqueles que me acompanharam neste processo e em particular no último ano. A todos os que acreditaram quando era mais fácil não o fazer.

A esses, que caminharam comigo, tenho a dar um enorme obrigado.

Para começar, gostava de agradecer aos meus pais. Acima de tudo por me terem ensinado o que é ser humilde mas não servil, o que é saber colocar-me no meu lugar sem abdicar de ser quem sou. A eles, guardo uma imensa gratidão por terem tratado a minha educação como uma verdadeira necessidade, não menos importante que respirar.

De seguida, tenho que passar pelas minhas irmãs. Obrigado.

Obrigado às minhas avós por todo o mimo, ao meu avô também, pelos valores que me passou.

Obrigado à EPED, em particular às professoras Ana Luísa e Ana Sousa, porque além de acreditar, nunca duvidaram.

Obrigado ao ISPA, pelas bases. Obrigado ao ISCTE, aos professores que conheci e ao *gang*, pela amizade.

Um grande obrigado à Sara Freitas pela coragem e amizade.

Obrigado à Escola Secundária da Baixa da Banheira, em especial à Tânia, à Eunice e ao Professor José, pelo carinho e experiência fantástica.

Por fim, quero agradecer às duas pessoas a quem devo tudo aquilo que atingi. À minha namorada e ao meu orientador, o professor Francisco Simões.

A ela só posso agradecer a paciência, as lições de formatação e o suporte social (depois de teres lido este trabalho dezenas de vezes, sei que dominas o conceito na perfeição).

Obrigado.

Ao professor Francisco, devo um ano de enriquecimento enorme. Por toda a atenção e paciência, pela forma como me preparou para a função, para a investigação e pelas infindáveis horas de *skype* e *emails* trocados, reuniões e orientação em geral. A distância entre a Sobreda e os Açores, por si, eram cinco minutos de carro. O que fez por mim foi simplesmente extraordinário, aprendi tanto que parece que passaram anos desde que falamos a primeira vez, mas passou só um ano. Mil obrigados não chegam.

Um ano difícil culmina aqui, foi para isto que trabalhei e com que justifiquei todas as batalhas que tive de travar.

Mais uma vez obrigado, espero que gostem do produto final do vosso trabalho.

Resumo

A rede social é um conceito que descreve a rede de relações de um adolescente, sendo importante para compreender o seu desenvolvimento. As oportunidades que nela existem poderão permitir o desenvolvimento de tendências pró-sociais ou prevenir potenciais fatores de risco, como a incidência de comportamentos antissociais.

Esta investigação procura compreender se o tamanho, distribuição e orientação das redes sociais, a par de algumas características de cariz sociodemográfico como sexo, idade e origem geográfica, influenciam o comportamento pró-social e o comportamento antissocial.

Para realizar este estudo, contou-se com a participação de 276 alunos de escolas portuguesas de dois meios: um meio mais citadino e urbano (3 escolas da Grande Lisboa) e um meio mais rural (15 escolas dos Açores). A proporção de participantes foi exatamente igual no que diz respeito aos dois meios em termos de sexo e idade dos participantes.

A análise dos resultados do estudo mostrou que os adolescentes naturais de meios urbanos têm comportamentos pró-sociais mais frequentes, bem como que os adolescentes dos mesmos meios têm também maior incidência de comportamentos antissociais. Os participantes do sexo masculino e com redes com orientação focada nas amizades denotam, também, valores mais altos de comportamento antissocial.

Palavras-chave: Redes sociais, Comportamento pró-social, Comportamento antissocial, Adolescentes, Origem geográfica

Abstract

Social network is a concept used to describe the structure of the adolescent's relationships. It is, therefore, an important notion to understand the adolescent's development. The opportunities created by social networks may enable the development of prosocial behaviors or the prevention of risk factors such as the incidence of antisocial behaviors.

This research seeks to understand which features of social networks influence these two lines of behavior, in relation to its size, distribution and orientation, along with some sociodemographic characteristics such as gender, age and geographical origin.

To conduct this study, 276 students of Portuguese schools from two different origins were included, divided by two groups: one from urban areas (3 schools from Lisbon) and another one from more rural areas (15 schools from Azores). The ratio is equally divided, referring to the two origins.

The results show that the participants from urban areas have more frequent prosocial behavior; the participants coming from the same areas also have a bigger incidence of antisocial behavior. Results depict that male participants, as well as participants with a greater focus of their social networks on friendships, also show higher incidence of antisocial behaviors.

Keywords: Social networks, prosocial behavior, antisocial behavior, Adolescents, geographic origin

Índice

Nota introdutória	3
I. Redes sociais	4
I.1. Enquadramento histórico	4
I.2. Definições atuais de rede social	5
I.3. Características, tipos e dinâmica das redes sociais	6
I.4. Impactos gerais das redes sociais	8
II. Comportamento pró-social	9
II.1. Definição	9
II.2. Desenvolvimento do comportamento pró-social	10
II.3. Comportamento pró-social: Relação com características sociodemográficas e redes sociais de adolescentes	11
II.4. Resultados associados ao comportamento pró-social	13
III. Comportamento antissocial	15
III.1. Definição	15
III.2. O desenvolvimento do comportamento antissocial	17
III.3. Comportamento antissocial: Relação com características sociodemográficas e redes sociais dos adolescentes	18
III.4. Resultados associados ao comportamento antissocial	20
IV. Presente estudo	22
IV.1. Objetivos	22
IV.2. Hipóteses	22
V. Método	24
V.1. Participantes	24
V.2. Instrumentos	25
V.2.1. Medidas dependentes	25
V.2.1.1. <i>Prosocial Tendencies Measure – Revised</i> , versão portuguesa	25
V.2.1.2. <i>Youth Self-report</i> , versão portuguesa	26
V.2.2. Medidas independentes	26
V.2.2.1. Dados sociodemográficos	26
V.2.2.2. Mapa de rede social pessoal	26
V.3. Procedimento	27

V.4.Análise de dados	29
VI.Resultados	30
VII.Discussão de resultados	33
VIII.Implicações e limitações	38
IX.Conclusão	41
X.Fontes	42
XI.Bibliografia	43
XII.Anexos	50
Anexo I – Pedido de autorização a escolas	50
Anexo II- Pedido de autorização a encarregados de educação	52
Anexo III- Protocolo do estudo	54

Nota introdutória

A rede social é um conceito utilizado em psicologia e em sociologia que explicita o conjunto de relações dinâmicas que o indivíduo estabelece com o seu meio, mais especificamente, com as pessoas que o envolvem, permitindo estabelecer padrões de relações mais ou menos próximas (Burnes & Cook, 2013; Feerlander, 2007, citado por Heaney & Israel, 2008; Sluzki, 2010; Rangel, 2007). O mapeamento desta rede é utilizado como método para compreender o suporte social de um sujeito, suporte esse que é o produto mais importante da sua estrutura de apoio. Os resultados da rede social que conduzem à criação de novas normas/regras ou recursos fazem parte do denominado capital social (Feerlander, 2007; citado por Heaney & Israel, 2008).

O trabalho que se segue visa compreender como a rede social nas suas características de dimensão, distribuição e orientação influencia a incidência de comportamentos antissociais e pró-sociais em adolescentes, lado a lado com a influência de variáveis sociodemográficas (sexo, idade e origem geográfica). Para tal, o trabalho contém um enquadramento histórico da noção de rede social no âmbito das ciências sociais. Vamos abordar as redes sociais e perceber como surgiram no âmbito científico, enquadrando as suas mais importantes definições, características e resultados associados. De seguida procuramos enquadrar o comportamento pró-social na vida dos adolescentes e perceber o que são e como se desenvolvem, procurando relacioná-lo com variáveis sociodemográficas e variáveis de rede social que iremos explorar, bem como as consequências associadas ao fenómeno, repetindo o mesmo processo para o comportamento antissocial.

Na etapa seguinte encontramos a descrição do presente estudo no que diz respeito à metodologia seguida e aos resultados encontrados, antes de uma discussão das evidências e das conclusões retiradas a partir desta investigação.

I. Redes Sociais

I.1. Enquadramento histórico

A literatura tem vindo a abordar a rede social de diversos modos, desde os anos trinta do século passado, aliando um conjunto de conceitos da psicologia social e da sociologia. A sua pertinência e utilização ganha especial relevo durante os anos 80 e 90 do século XX (Freeman, 2004).

A noção de rede social começou a ser desenhada por Augusto Comte, (séc. XIX) ao definir os sujeitos em sociedade como “autores” organizados num conjunto de linhas que os relacionava enquanto grupo ou comunidade, referindo que este era um pressuposto básico para a prática da sociologia (1853, citado por Freeman, 2004).

Segundo Burnes e Cook, Comte foi um dos autores em que Kurt Lewin (1999) mais se inspirou na construção da sua teoria do campo psicológico (citado por Burnes & Cook, 2013). Lewin acreditava que existia um campo social de relações que tinha tanto de empírico para ser analisado como qualquer outro tema das ciências naturais. Na altura, a psicologia e a sociologia não usufruíam de um estatuto científico que o permitisse fazer, razão pela qual o autor acreditava que embora estivesse, como psicólogo, a entrar no campo da sociologia, ambas as ciências beneficiavam desta abordagem comum (Lewin, 1999).

A teoria do campo psicológico desenvolve uma nova aproximação no que diz respeito aos fatores que levam às mudanças de comportamento, quer em grupos, quer em indivíduos, envolvendo um conceito central, o campo psicológico, que pode dar a compreender, prever e conhecer as forças psicológicas que influenciam o comportamento individual a determinada altura, advindas do contexto. A teoria do campo psicológico é uma teoria com especial enfoque na forma como estes grupos são criados e mantidos, destacando-se o facto de estes grupos serem vistos como sistemas (Burnes & Cook, 2013).

Lewin (1999) desenvolve a sua teoria com base em alguns pressupostos de Comte e na ideia de Simmel (1908) de que a sociologia deveria acima de tudo estudar interações entre sujeitos e os seus padrões (citados em Freeman, 2004); a literatura indica que Leopold Von Wiese, um dos alunos de Simmel, foi pioneiro na utilização do termo “redes sociais” enquanto “relações sociais e de linhas que juntam os homens” (Wiese & Mueller, 1931; citados em Freeman, 2004).

O contributo destes autores foi particularmente importante, pois a psicologia dos inícios do século XX focava-se bastante no ser humano. Antes, este era visto como um ser singular e isolado. Dessa tradição deriva mesmo a expressão que dois seres humanos juntos

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

não eram mais do que dois seres humanos separados. No entanto Lewin demonstrou que existem outras variáveis a ter em conta quando pelo menos dois seres humanos se juntam e, tal como é possível prever o comportamento de um sujeito, também é possível prever o comportamento de um grupo, pelo que estes também deviam ser objeto de estudo da psicologia (citado em Freeman, 2004; Lewin, 1999).

Jacob Levy Moreno, o médico, psicólogo e dramaturgo que criou a intervenção psicoterapêutica em grupo, aprofundou o conceito de rede social, num tratamento próximo do atual (1934). Para Moreno, os grupos que deviam ser objeto de estudo eram grupos escolares, de trabalho e familiares; mas era a forma como o autor concebia estes grupos que veio dar origem à estrutura do atual sociograma (que o autor já definia com o mesmo nome). A psicologia, na altura, olhava os grupos de modo a analisar as suas dinâmicas de liderança, como influenciavam as escolhas dos sujeitos e como exerciam a rejeição nos mesmos, mas havia processos mais preponderantes no que tocava à importância dos grupos (Lewin, 1934; citado em Burnes e Cook, 2013).

O sociograma foi um dos grandes precursores dos atuais instrumentos da rede social, estruturava-se de forma semelhante (dividido pelos três campos ou grupos acima definidos) e servia para dar a conhecer ao técnico quais as fontes de influência mais próximas do sujeito, que podiam modelar o seu *self* e comportamento (Moreno, 1934).

De acordo com o que se encontra na literatura, foi a partir daqui que os autores começaram a transportar esta ideia para o estudo das redes sociais. O termo “social network analysis” foi referido pela primeira vez num artigo no início dos anos 70. Em 2010, o total dos artigos sobre o tema subiu 65% relativamente a tudo o que havia sido escrito antes desta data (Hollenbeck & Jamieson, 2015).

I.2. Definições atuais de rede social

Existem várias definições e alguma consensualidade na definição de rede social, embora os termos definidores difiram um pouco. Encontramos quem se refira à rede social como *redes sociais*, *redes relacionais* e *redes pessoais*. Isto leva a que o termo seja muitas vezes confundido com a designação também dada às redes sociais virtuais que existem na internet e que, na realidade, se constituem como um novo formato ou extensão das redes sociais presenciais. Estas redes caracterizam-se por serem novas formas de interação e conexão entre pessoas não necessitando da sua presença, procurando ligar amigos, familiares e outras relações através da internet (Lai & Yang, 2016).

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

As redes sociais são um conjunto de camadas, definidas por proximidade, que ligam o sujeito, de forma relativamente estável, aos seus familiares, amigos, elementos da comunidade e/ou instituições (Sluzki, 2010). Esta rede pessoal faz parte da sua identidade e molda fortemente a personalidade de cada um.

Tilburg (1998) define este conceito de forma semelhante, ainda que o conceito de *rede pessoal* ou *rede relacional* como alguns autores o definem, remeta para um casulo mais fechado e exclusivo onde estão amigos, vizinhos e familiares e onde passam para segundo plano os membros que estão mais distantes (e.g. relações formais).

Duma perspetiva mais sociológica, as redes pessoais podem ser constituídas pelas díades que as constituem, algo que é completamente diferente do conceito que definimos e principalmente do conceito central, de Sluzki (2010). Neste sentido, Louch (2000) olha para as redes sociais como um conjunto de relações em díade. Essas relações diádicas são classificadas no âmbito do grupo social em causa (por exemplo, numa família surgem díades como mãe-filho, irmão-irmão, marido-esposa).

O conceito de rede social, embora seja maioritariamente definido de forma global (família, pares, instituições, entre outros), também se considera que inclui grupos mais pequenos constituído apenas por um quadrante, como pares ou família, embora esse não seja o ponto de vista adotado neste trabalho.

I.3. Características, tipos e dinâmica das redes sociais

Os laços que são estabelecidos entre os sujeitos que fazem parte da rede social caracterizam-se por diversas formas de interação, tais como o conteúdo das relações, a força das mesmas ou ainda a frequência (Portugal, 2007). Estas especificidades permitem estabelecer um conjunto de padrões estruturais relativamente à rede social, tais como: *dimensão*, ou o número de elementos pertencentes (Portugal, 2007); *densidade*, que é a relação dos laços com o total dos membros da rede (Portugal, 2007); *orientação*, caracterizando o tipo de relações preferencial (amigos, familiares, vizinhos, comunidades/instituição ou professores/colegas de estudo) (Portugal, 2007) e *distribuição*, que diz respeito à proporção de membros e a sua colocação nos quadrantes da rede social (família, amigos, entre outros), bem como à sua colocação relativamente à proximidade (percebidas como mais próximas ou mais distantes) (Sluzki, 1997).

Na literatura são visíveis duas correntes dominantes quanto à classificação de tipos de redes sociais: em primeiro lugar, o campo da sociologia e da psicologia social (e

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais comunitária) perspectiva a rede como um meio para estudar a estrutura de relações pessoais do sujeito. A rede surge de forma espontânea e *informal*. A segunda corrente, adotada pela gestão e psicologia organizacional, explora a componente relacional de uma rede que se cria *formalmente* e os seus benefícios. Sejam as redes *formais ou informais*, a sua conceção é, invariavelmente, resultado da conceção inicial de Moreno (1934), que as dividiu em redes familiares, de trabalho ou escolares, concebendo a rede em duas, a espontânea (*informal*) e a artificial (*formal*) (Alarcão, 1998).

Outra designação utilizada, é a de redes primárias ou secundárias; nesta nomenclatura, designa-se rede primária por uma rede de relações espontâneas estritamente pessoais (positivas ou negativas) e rede secundária aquela que deriva de relações institucionais, independentemente de serem formais ou informais, ou seja, de serem relações de carácter institucional e oficial ou caracterizadas por fornecer resposta a uma determinada necessidade (Alarcão, 1998).

Tendo em conta o que é referido anteriormente, podemos concluir que a rede social tem uma dinâmica própria que envolve algumas funções, nomeadamente, o fornecimento de suporte social (ou apoio social) e a disponibilização de capital social. São várias as teorias que descrevem a dinâmica do suporte social, que funciona como uma sensação de bem-estar vinda de se ser “querido” e valorizado; para ser funcional o apoio social tem de ser entendido pelo que o *feedback* dado pela sua rede é essencial (Rangel, 2007). A forma como este suporte social é vivido, também se deixa influenciar pelas formas de interação acima descritas, sendo que o suporte social eficaz é necessário não só como unidade mas também como reflexo de um conjunto de relações fortes e frequentes (Portugal, 2007).

O suporte social, acontecendo, assume as seguintes formas: *o suporte emocional*, que envolve maioritariamente os afetos e a empatia; *o suporte instrumental*, que envolve o assegurar de tarefas ou provisões palpáveis que beneficiam o sujeito em causa; *o suporte informacional*, que visa transmitir ideias, sugestões ou conhecimentos; e *o suporte de apreciação*, onde o sujeito em causa é elogiado, criticado ou motivado a ter um determinado comportamento, sendo um *feedback* de intuito construtivo (House, 1981; cit. por Heaney & Israel, 2008). Embora se use esta construção metodológica do constructo, verifica-se que uma ação não tem necessariamente de se enquadrar em apenas um destes tipos de suporte, pelo que são dificilmente isolados, assumindo-se que o suporte social, para ser percebido de forma eficaz, pode representar uma conjugação de todos os tipos (Heaney & Israel, 2008).

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

Por sua vez, o conceito de capital social é um dos objetivos do suporte social e engloba vários aspetos, nomeadamente, a reciprocidade subjetiva e a participação no meio, sendo que é o resultado máximo das redes sociais; este capital pode ser analisado da perspetiva do indivíduo, descrevendo a sua rede de relações (rede social) e suporte social, ou analisado de uma perspetiva mais comunitária, onde a integração assume uma forma que pode ser mais “física”, como uma instituição ou outra coletividade (Zoppei, 2014). São muitos os estudos que associam o capital social à saúde e à sobrevivência, servindo como fator de proteção para a depressão (Zoppei, 2014) e outras perturbações mentais (Putman, 1996; McKenzie, 2002; citados em Zoppei, 2014).

I.4. Impactos gerais das redes sociais

O presente trabalho pretende analisar o efeito de componentes estruturais das redes sociais em dimensões específicas do desenvolvimento social de adolescentes (comportamento antissocial e comportamento pró-social). Contudo, a literatura indica impactos gerais das redes sociais, em vários domínios. Foi demonstrado, por exemplo, que o usufruto do suporte social permite maior resistência ao *stress*, o que por sua vez leva a uma maior perceção de controlo também advinda de uma rede de contactos e relações sólidas (rede social e família). De um ponto de vista comunitário, rede de contactos alargada e a qualidade de relações aumentam as competências para resolução de problemas e o *empoderamento* da comunidade. Todos estes fatores levam a melhores níveis de saúde física, mental e social (Heaney & Israel, 2008).

Contudo, também se verifica que as dinâmicas das redes sociais mais diretas e com vínculos de relações mais diretos nas relações dos sujeitos, podem levar a resultados negativos; este tipo de redes sociais, denominadas *redes egocêntricas* por Sílvia Portugal (2006), pode enfatizar comportamentos de experimentação de substâncias (Berkman & Glass, 2000; citado em Heaney & Israel, 2008). Existe ainda o risco do próprio grupo de amigos ou a família serem o foco de comportamentos tidos como desviantes ou de existirem relações disruptivas. Nestes casos, a rede social em si pode ser um fator de risco (Dishion, Patterson, Stoolmiller & Skinner, 1991), especialmente quando a orientação dessa rede estiver focada no grupo de pares ou amigos. Também se verifica que, em alguns meios rurais, as redes sociais de adolescentes podem não contribuir para o sucesso escolar dos mesmos por não providenciarem o suporte social de apreciação necessário à valorização do percurso académico dos jovens (Singh, & Dika, 2003)

II. Comportamento pró-social

II.1. Definição

O ato de ajudar ou beneficiar outra pessoa espontaneamente é definido na literatura como comportamento pró-social (Graziano & Schroeder, 2015). O comportamento pró-social pode ir desde a prestação de uma informação a um desconhecido até à participação e/ou criação em/de grandes entidades ou instituições de cariz social (Dovidio, Penner, Piliavin & Schroeder, 2005; citado em Graziano & Schroeder, 2015).

O altruísmo e a solidariedade tendem a sobrepor-se ao conceito de comportamento pró-social (Carlo, Jarvis, Knight, McGinley & Zamboanga, 2010), embora se entendam que os seus significados podem associar-se a valores religiosos, onde o altruísmo é geralmente promovido, razão pela qual alguns autores não os enquadram na chamada prossocialidade (De Dreu, Dussel & Ten Velden, 2015). A literatura também mostra alguma sobreposição entre comportamento pró-social e simpatia, principalmente nos tipos de comportamento pró-social que envolvem a emoção e o contacto com o/s “beneficiário/s” deste tipo de comportamento (Carlo et al., 1991; Iannotti, 1985; Carlo, Hausmann, Christiansen, & Randall, 2003; Eisenberg, 1986; citado em Carlo et al. 2010).

Face a estas evidências, no quadro deste trabalho é seguida uma abordagem multidimensional do comportamento pró-social enquanto ajuda ou benefício concedidos a outrem, independentemente desse comportamento ser espontâneo ou requerer um processamento cognitivo com alguma complexidade, como referem alguns estudos relativos ao altruísmo (De Dreu et al., 2010, 2012, 2014b; Baumgartner et al., 2014; Carter, 2014; De Dreu and Kret, 2015; Ma et al., 2015; citados em De Dreu, Dussel & Ten Velden, 2015). Nesta linha o comportamento pró-social é entendido como qualquer tipo de atitude não-egocêntrica com o intuito de beneficiar o outro, ou a sociedade/comunidade em geral, podendo envolver desde a caridade até ao voluntariado (Arbesman, Christakis, Fowler, O'Malley & Steiger, 2012).

Carlo e os seus colaboradores (2010) têm defendido que o constructo deve ser abordado de forma multidimensional, dado que as abordagens unidimensionais pecam por estar definidas de forma pouco coerente, além de que existem inúmeros estudos que comprovam que fatores sociais e de desenvolvimento (McClintock, Bayard, & McClintock, 1983; citado em Carlo et al. 2010), culturais podem afetar algumas dimensões do comportamento pró-social e consecutivamente, os tipos de comportamentos pró-sociais

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais manifestados (Fuligni, Tseng, & Lam, 1999; Halgunseth, Ispa, & Rudy, 2006; Harwood, Leyendecker, Carlson, Asencio, & Miller, 2002; Knight, Bernal, & Carlo, 1995; citados em Carlo et al. 2010) ou a natureza e o motivo do comportamento pró-social (Batson & Oleson, 1991; Clary & Snyder, 1991; Reykowski, 1982; citados em Weinstein & Ryan, 2010).

A abordagem multidimensional do comportamento pró-social tende a congregiar os diversos constructos que giram à sua volta (e.g. altruísmo). Nesse sentido, são reconhecidas seis dimensões de prossocialidade: os comportamentos *públicos* e que acontecem sob a observação de alguém; os comportamentos que acontecem sob grande carga *emocional*; os comportamentos motivados pelo *horror ou perigo extremo*, também denominados de comportamentos pró-sociais em *situações de emergência*; os comportamentos pró-sociais que, tendencialmente, são tidos *anonimamente*; os comportamentos *altruístas*, onde é tido um comportamento em que se sabe, antecipadamente, que não se conseguirá qualquer ganho pessoal; e por fim, os comportamentos por *obediência*, onde é pedido e/ou se requer que o sujeito que ajude, preste auxílio, ou seja, solidário com alguém (Carlo et al., 2003; Carlo, 2006; Carlo & Randall, 2001; Carlo & Randall, 2002; citado em Carlo et al, 2010).

II.2. Desenvolvimento do comportamento pró-social

O comportamento pró-social não é definido, de forma consensual na literatura, tal como os seus fatores de desenvolvimento. Se por um lado, parece haver uma associação entre o reforço parental e o esforço para que estas normas sejam interiorizadas por parte da criança e/ou do adolescente, por outro, quanto mais autónomo é o sujeito, maior a prevalência destes comportamentos pró-sociais (Hardy, Padilla-Walker, & Carlo, 2008; Krettenauer, 2011; Padilla-Walker, Fraser, & Harper, 2012; Barry, Padilla-Walker, Madsen, & Nelson, 2008; Weinstein & Ryan, 2010; citados em Christensen, Dollahite, Hardy & Johnson, 2014).

Encontram-se, então, fatores de proteção para o comportamento pró-social como práticas parentais de *suporte e exigência* (Carlo, Crockett, Randall, & Roesch, 2007); e modelação do comportamento de figuras de referência (Carlo et al., 2007; Furman & Sibthorp, 2013). Existem, também, fatores como o suporte social (Carlo, Crockett, Randall, & Roesch, 2007; Weinstein & Ryan, 2010) e a participação em atividades de trabalho de equipa ou colaborativo na infância (Solomon et al. 1988; citado em Furman & Sibthorp, 2013) que parecem reforçar a incidência dos comportamentos pró-sociais.

Também existem alguns fatores de risco, que podem afetar o desenvolvimento moral e reduzir os comportamentos pró-sociais. Um deles é a parentalidade pouco focada no desenvolvimento individual (pouca autonomia) e muito focada na exteriorização (Kagan, 2004), níveis de emocionalidade e empatia baixos (Frick, Cornell, Barry, Bodin, & Dane, 2003; Frick, Stickle, Dandreaux, Farrell, & Kimonis, 2005; Moran, Ford, Butler, & Goodman, 2008; citados em Chabrol, 2014), problemas na vinculação parental e temperamento explosivo (Hawkins et al., 1992; National Research Council and Institute of Medicine, 2009; Pollard, Hawkins, & Arthur, 1999; citados em Monahan, 2014); e supervisão parental deficiente (Dishion, et al. 1991).

As redes sociais egocêntricas que, embora sejam mais orientadas para os grupos de pares, também podem orientar-se para a família, são outro fator de risco para um menor desenvolvimento da pró-socialidade (Portugal, 2007).

II.3. Comportamento pró-social: Relação com características sociodemográficas e redes sociais dos adolescentes

Fica presente, após uma análise de literatura, a forte relação do desenvolvimento do comportamento pró-social com o meio e as características individuais dos adolescentes. Este ponto, através da relação com características sociodemográficas e com a rede, tem o objetivo de explicar como se estabelecem essas relações.

No que diz respeito à influência do sexo na incidência de comportamentos pró-sociais, estes tendem a ser mais prevalentes entre as raparigas (Fefferman & Hock, 2011). Ainda assim, um estudo recente chama a atenção para este fator quando associa variáveis como culpa, remorso ou até, como referem os autores, *a consciência pesada* à sensibilização para o impacto das nossas ações para com os outros e os comportamentos pró-sociais, concluindo que as diferenças de género neste fator relacionam-se com o estereótipo de género. De acordo com este trabalho, é esperado que as mulheres exibam muito mais comportamentos focados no cuidado com o outro e na responsabilidade moral sobre o bem-estar de terceiros. Esta visão retomada por outros autores (e.g. Carlo et al., 2010) ajuda a interpretar a expectativa de maior incidência de comportamentos pró-sociais em raparigas que, na realidade, tende a concretizar-se em diferentes estudos (Torstveit, Sütterlin & Lugo, 2016; Simões & Calheiros, in press).

Do ponto de vista etário, verificamos que num desenvolvimento normativo, a emergência da prossocialidade é cimentada na adolescência dado o percurso do

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais desenvolvimento moral do sujeito, podendo isto ser interpretado como uma pista para esperar dos adolescentes mais velhos mais comportamentos deste cariz (Christensen, Dollahite, Hardy & Johnson, 2014; Chabrol, 2014), mesmo que nesta fase possa haver, também, um incremento de comportamentos antissociais.

De um modo geral, os estudos que existem não conseguem associar de forma consistente o comportamento pró-social a zonas sociodemográficas, esta ideia é defendida por alguns autores (Barry, Forbes-Jones, Kaufman & Wyman, 2007; Coker, McMahon, Todd, Martinez, Sheu, Washburn & Shah, 2013). Assumindo que as zonas urbanas são zonas onde o jovem contacta mais com a violência e o crime e em que a modelação é um fator tão importante para o comportamento pró-social (Carlo et al., 2007; Furman & Sibthorp, 2013), seria expectável que jovens nestes meios revelassem menor tendência pró-social. No entanto, alguns estudos demonstram que, em muitos casos, as duas variáveis não estão associadas, podendo mesmo o comportamento agressivo (potencialmente antissocial) crescer e não fazer decrescer os comportamentos pró-sociais (Daves, 2000; Meija, et al., 2006; citados em Coker, Martinez, McMahon, Todd, Shah, Sheu & Washburn, 2013; Coker et al., 2013). Assim, o mesmo estudo de Coker et al. (2013) evidencia resultados contraditórios quanto ao impacto do meio no aumento ou decréscimo dos comportamentos pró-sociais. Contudo, há que ter em conta que alguns destes estudos utilizam terceiros para medir o comportamento pró-social dos adolescentes, algo arriscado porque o comportamento pró-social é avaliado de forma diferente quando é descrito por professores ou por pares, revelando, eventualmente, algum enviesamento (2013).

As redes sociais e a orientação do suporte social, como referido anteriormente, influenciam o comportamento e as cognições dos seus membros (Sluzki, 2010). Dentro dos seus quatro campos (suporte emocional, instrumental, informacional e de apreciação), as fontes de influência para o comportamento pró-social podem ser muito variadas, incluindo grupos de proximidade como a família (Weinstein & Ryan, 2010); instituições como escolas e universidades (Krehbiel & MacKay, 1988; Sobus, 1995; citados em Weinstein & Ryan, 2010); e grupos de pares quando se estabelecem relações positivas e que valorizam comportamentos pró-sociais (Bukowski & Sippola, 1996; Furman & Masters, 1980; citados em Carlo, 2007). Sob estas perspetivas, podemos entender que uma orientação partilhada (isto é, partilhada por mais do que um campo, como por exemplo ter o mesmo número de elementos nas amizades e família) em detrimento de uma orientação focada, criará ao sujeito mais oportunidades de desenvolvimento moral, esperando-se comportamento pró-social mais frequente.

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

Relativamente ao tamanho da rede social verifica-se que este tem forte influência nas oportunidades de criação de suporte social, funcionando como uma alavanca para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais (Bekkers, Mollenhorst & Völker, 2005). Putman (2000) e Hooghe (2000) destacam também que as redes sociais, e em particular, o capital social podem ter uma influência positiva na cidadania (cit. por Bekkers, Mollenhorst, e Völker, 2005), verificando-se que através de redes sociais mais numerosas, as pessoas poderão ter mais em conta as necessidades dos outros e os mecanismos e instituições que ajudam nesse efeito, acrescentando-se um efeito de modelação (Bekkers, Mollenhorst, & Völker, 2005). Contudo, uma rede maior pode ter efeitos contrários, levando a maior dispersão do apoio, pelo que, por vezes, os resultados produzidos podem depender mais da dinâmica da rede social ou de características individuais de um adolescente e das próprias díades relacionais que possui (e.g. grau de proximidade percebida) do que de aspetos estruturais, como a dimensão ou número de pessoas significativas disponíveis (Wagner, Lüdtke, Roberts, & Trautwein, 2014). Enquanto que uma rede maior pode ser significado de mais oportunidades de desenvolvimento (Bekkers, Mollenhorst, & Völker, 2005), uma rede mais modesta, em termos de dimensão, parece significar mais proximidade entre os membros, algo que (ao contrário do aspeto anterior) influência de forma direta a frequência de comportamentos pró-sociais (Wagner, Lüdtke, Roberts, & Trautwein, 2014). Assim sendo, será de esperar dos adolescentes com redes sociais pequenas ou médias mais comportamentos pró-sociais.

De um outro ponto de vista, verifica-se também que a emergência de comportamentos pró-sociais é um indicador de níveis altos de suporte social (Lin, 1979; Tijhuis, 1994; citado em Bekkers et al. 2005). Neste sentido, aparece como lacuna na literatura o facto de não se encontrar relação entre comportamentos pró-sociais e distribuição da rede, apesar de, dadas as relações anteriormente referidas, ser expectável que adolescentes com redes sociais de distribuição localizada tenham uma rede de relações mais fraca e como tal, tenham menos comportamentos pró-sociais.

II.4. Resultados associados ao comportamento pró-social

Contrariamente à ideia de que os adolescentes ingressam essencialmente em condutas antissociais, os comportamentos pró-sociais são exercidos constantemente por parte da maioria dos jovens (Carlo & Randall, 2001; citado em Carlo et al. 2010).

O conceito de ajudar o próximo promovendo o seu bem-estar está, de certo modo, a beneficiar, também quem ajuda, pois existem várias relações na literatura entre o bem-estar, saúde mental e outros resultados positivos para quem exerce o comportamento pró-social (Deci & Ryan, 2001; Ellison, 1991; Miller, Denton & Tobacyk, 1986; citados em Ryan & Weinstein, 2010). Os autores Carlo et al. (2010) enumeram alguns estudos que evidenciam os benefícios do comportamento pró-social, tais como: ser voluntário é um fator de proteção para a depressão (Brown, Gary, Greene, & Milburn, 1992; Crandall, 1975; Rietschlin, 1998; Wilson & Musick, 1999); os sujeitos que praticam atos altruístas experienciam maior sensação de felicidade (Ellison, 1991), satisfação com a vida (Wheeler, Gorey, & Greenblatt, 1998) e mais autoestima (Gecas & Burke, 1995; S. Newman, Vasudev, & Onawola, 1986), existem correlações entre estes comportamentos e maiores níveis de saúde mental (C. E. Schwartz, Meisenhelder, Yusheng, & Reed, 2003) e integração social (Crandall & Lehman, 1977), ao mesmo tempo que são menos frequentes as denominadas “cognições de desespero” (Miller, Denton, & Tobacyk, 1986).

É importante salientar que, na adolescência, em particular junto dos pares, também existem desvantagens associadas ao comportamento pró-social. Por exemplo, Carlo et al. (2007) apresentam uma correlação negativa entre ser rapariga com um grupo de pares adequado (grupos com elevado nível de integração social) e a emergência de comportamentos pró-sociais, pelo que este comportamento pode não ser especialmente atrativo na criação de vínculos de pares (Fefferman & Hock, 2011).

III. Comportamento antissocial

III.1. Definição de comportamento antissocial

O comportamento antissocial é definido, na literatura, de forma bastante diversa, mas de um modo geral é visto como um conjunto de comportamentos tidos como “problemáticos” e inapropriados, associados, algumas vezes, a perturbações do comportamento ou da personalidade. Estes comportamentos são, segundo Colvin e Ramsey (1995) uma negação consistente e contínua de normas sociais vigentes e de padrões de comportamento aceites na sociedade e em diferentes contextos (citados em Aksoy, Arıkan, Çelik, Çolak, Diken, & Tomris, 2015). Acresce que o comportamento antissocial pode ser premeditado, pode lesar outros e pode envolver algum confronto direto com a vítima ou não.

As definições divergentes do comportamento antissocial decorrem, em grande medida, de três linhas científicas paralelas, uma de carácter clínico, alicerçada na psicologia e na medicina, outra oriunda da criminologia (ou do direito) e uma terceira com base na sociologia. Numa vertente clínica, o comportamento antissocial pode descrever-se, sucintamente, como um comportamento que viola as regras da comunidade, com repercussões ao nível do respeito pela vida e pela propriedade alheia (Kagan, 2004). Por sua vez o direito e a criminologia centram-se no conceito de *delinquência juvenil* em que o foco está nos comportamentos antissociais que já envolvem desrespeito pelos outros por regras estabelecidas, com respetiva quebra da lei, por parte do menor. Por fim, a sociologia trata o comportamento antissocial como uma enfermidade social, denominando-a *comportamento desviante* (Fonseca, 2000). Trata-se de um comportamento que se afasta do que um determinado grupo entende por norma e do que entende ser necessário ao seu funcionamento, estando, portanto, dependente dum padrão cultural e social para ajuizar o que “foge” à norma, não sendo, necessariamente, um comportamento criminal ou que lese terceiros (Fonseca, 2000). Em suma, e de acordo com Fonseca (2000), o campo científico adotado influencia a análise dos comportamentos antissociais. Alguns autores procuram as particularidades do desenvolvimento psicossocial destes sujeitos e a compreensão dos fatores que podem potenciar estes comportamentos ao longo do desenvolvimento, outros destacam a quebra da lei, outros ainda o “sentido de vida responsável” e a adesão às normas de grupo.

No campo clínico ou da psicologia, que é aquele que diz diretamente respeito a este trabalho, há que distinguir o comportamento antissocial do quadro psicopatológico

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais antissocial. O comportamento antissocial não tem de ter uma continuidade ou projeção longitudinal, pode ser momentâneo e ter ocorrido num determinado momento da vida de um sujeito. Na infância e na adolescência, o não cumprimento de regras e os comportamentos de oposição, quando resultantes em comportamentos antissociais, podem ser adaptativos e decorrentes de um desenvolvimento saudável (Fonseca, 2004; Fonseca, 2004b; Kagan, 2004). Estes aspetos são fundamentados por dados empíricos. De facto, o comportamento antissocial grave é representado por uma minoria na população. Não obstante, em alguns estudos verificou-se que cerca de noventa por cento dos adolescentes inquiridos admitiu já ter tido, pontualmente, comportamentos antissociais (Loeber, Stouthamer-Loeber, Van Kammen & Farrington, 1989) e que os mesmos são mais comuns na faixa etária dos quinze aos dezoito anos. A prevalência destes comportamentos parece estar associada a fatores de natureza social e económica, são mais comuns no sexo masculino, embora esta diferença seja atenuada quando se usam escalas de comportamento percebido, pois há alguns tipos de comportamento que são mais comuns no sexo feminino (e.g. espalhar boatos), e variam de cultura para cultura (Fonseca, 2000; Fonseca 2004; Fonseca 2004b; Milburne, Rice & Steine, 2008).

Embora ambos sejam estudados no campo clínico, os comportamentos antissociais advindos do desenvolvimento diferem em muito daquilo que é o quadro de psicopatologia antissocial. Como refere Fonseca “os indivíduos antissociais não só diferem frequentemente das pessoas bem adaptadas mas também constituem eles próprios um grupo heterógeno”. Na sua forma psicopatológica, o comportamento antissocial está ligado à perturbação com o mesmo nome: a perturbação de personalidade antissocial. A *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders –V* (DSM-V) enquadra esta perturbação no grupo B das perturbações de personalidade, o qual inclui comportamentos de afronta à lei vigente e inclusive detenções, comportamentos de sedução como mentira e com o objetivo de obter aproveitamento em relação a terceiros, impulsividade, irritabilidade, agressividade (incluindo física), irresponsabilidade e incapacidade de assumir as suas responsabilidades, falta de remorso e outras condutas; esta perturbação só se aplica a indivíduos adultos, na menoridade existe a perturbação de conduta (American Psychiatric Association, 2013).

Para diagnosticar um quadro patológico neste domínio, ou seja, um distúrbio de comportamento ou uma perturbação de personalidade antissocial terão que ser tidos em conta fatores como a frequência, premeditação e/ou processos legais em que o sujeito está envolvido, bem como a diversidade de contextos onde os comportamentos antissociais ocorrem, a sua estabilidade temporal e que consequências acarretam para o funcionamento

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais psicossocial do indivíduo (APA, 2013; Fonseca, 2004; Fonseca, 2004b). A diferença substancial entre indivíduos antissociais ou com distúrbios de comportamento está também relacionado com a comorbilidade de comportamentos e com a relação com comportamentos de outro nível. Por exemplo, os indivíduos com perturbação tendem a denotar maior consumo de substâncias, jogo ou situações de confronto com a autoridade do que indivíduos que tenham tido comportamentos antissociais pontuais em algum período da sua vida (Fonseca, 2000; Fonseca, 2004).

III.2. O desenvolvimento do comportamento antissocial

Na base dos comportamentos antissociais há duas variáveis que se destacam: a cultura e o temperamento. No que diz respeito à cultura, verifica-se que os cenários de violência e a escolha sensacionalista dos *media* tendem a aumentar a incidência de comportamentos antissociais (Fonseca, 2004; Kagan, 2004). Estes comportamentos podem também estar relacionados com o temperamento do sujeito, pois a variação nas características pessoais e genes pode induzir predisposições para o comportamento (Kagan, 2004). Estas predisposições que resultam tanto de características genéticas como vivenciais, parecem já visíveis em alguns indicadores manifestos em bebés (de comportamentos antissociais), como a irritabilidade desproporcionada face a alguns estímulos ou pouca interação (Kagan, 2004).

Dentro dos fatores, destaca-se como fator específico o desenvolvimento moral. O desenvolvimento moral pode agir como prevenção ou como potenciação face ao comportamento antissocial. Segundo Kagan (2004), mesmo quando existem comportamentos antissociais, verifica-se que as crianças com cerca de seis anos de idade já sentem alguma vergonha face à sua consumação e já os identificam como moralmente errados. Mais tarde, na adolescência, sucede o mesmo, mas com expressões distintas. Os jovens podem negar ou omitir comportamentos deste género dado o remorso ou vergonha; nestes casos verifica-se que o comportamento em causa pode não ser patológico e ser até adaptativo, dado que o mecanismo essencial para os prevenir está presente (Kagan, 2004).

A supervisão parental é outro fator do meio usualmente associado às trajetórias de desenvolvimento do comportamento antissocial. A sua falta, de um modo geral, fomenta o aparecimento dos primeiros comportamentos antissociais (antes dos 10 anos) e de um modo específico a sua ausência face ao grupo de pares e/ou de amigos da criança pode incrementar a ocorrência de comportamentos antissociais (Coie, Dodge, and Christopoulos, 1989; Elliott & Menard, 1988; Steinberg, 1986; citados em Dishion, et al., 1991).

Esta relação entre temperamento e experiências explica-se através das características que são provenientes do fenótipo de cada indivíduo, se tivermos em conta que cada uma dessas características é influenciada por dois fatores: o temperamento do indivíduo e a estabilidade da característica em questão. Há que acrescentar que a estabilidade destas duas características é ainda altamente variável e a personalidade resulta numa infinidade de combinações entre aquilo que é o temperamento e o que se recebe do meio, pelo que o resultado da interação é dificilmente prevista. A maturação social acabará por explicar a maior ou menor estabilidade desse tipo de comportamento (Briley & Tucker-Drob, 2014).

III.3. Comportamento antissocial: Relação com características sociodemográficas e redes sociais dos adolescentes

Na adolescência, os comportamentos antissociais mais comuns envolvem agressividade física (lutas e *bullying*), mentira, roubo, vandalismo, fugas de casa, comportamentos de oposição, entre outros (Croft, Piotrowska, Stride & Rowe 2015).

No que diz respeito à influência de fatores demográficos, o género é referido como fator determinante, tendo em conta que há quem aponte o sexo masculino como mais propício a um nível mais elevado de comportamentos antissociais e um eventual fator de risco (Fonseca, 2000).

No que se refere à idade, os comportamentos antissociais estão muitas vezes associados a problemas de conduta estáveis no tempo, em alguns casos com impacto na saúde mental (e.g., Frick, Cornell, Barry, Bodin, & Dane, 2003; Frick, Stickle, Dandreaux, Farrell, & Kimonis, 2005; Moran, Ford, Butler, & Goodman, 2008; citados em Chabrol, 2014). No entanto, alguns estudos apontam para que os comportamentos antissociais sejam descontínuos a partir da adolescência, o que pode justificar o facto de, na maior parte dos casos, estes se dissiparem à entrada na vida adulta (Briley, & Tucker-Drob, 2014). Esta transição para a idade adulta, caso não existam fatores psicopatológicos como os que acima foram referidos, acontece sem que hajam grandes indicadores de problemas no passado. Nos casos em que o comportamento antissocial decorre de um quadro psicopatológico, o adulto é afetado em vários campos da sua vida, profissionalmente e nas suas relações afetivas (Ende, Van Der & Verhulst, 2002).

Face ao que ficou atrás exposto, a idade aparece como um fator de risco relevante tendo em conta que até a própria adolescência pode ser um fator de risco (Fonseca, 2000; Frick, Cornell, Barry, Bodin, & Dane, 2003; Frick, Stickle, Dandreaux, Farrell, & Kimonis,

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

2005; Moran, Ford, Butler, & Goodman, 2008; citados por Chabrol, 2014) tal como referido antes, ser do sexo masculino (Fonseca, 2000); ter estatuto socioeconómico baixo (Fonseca, 2000); grupo de pares favorável a comportamentos antissociais (Monahan, 2014); por fim, até as influências macrosociais podem ter impacto, principalmente quando falamos (Fonseca, 2000; Kagan, 2004). Também existem fatores demográficos que atuam como fatores de proteção, nomeadamente o sucesso académico, integração e associação positiva a grupo de pares (Hawkins et al., 1992; National Research Council and Institute of Medicine, 2009; Pollard, Hawkins, & Arthur, 1999; citados em Monahan, 2014).

No que se refere à influência da origem geográfica no comportamento antissocial, nomeadamente a vivência em zonas urbanas, parece também ter alguma relação com uma maior prevalência dos comportamentos antissociais entre adolescentes. Por exemplo, um estudo realizado nas zonas urbanas de São Paulo (Bordin, Curto, Sá & Paula, 2009) aponta uma maior exposição à violência em meios urbanos como potencial preditor do comportamento antissocial, tal como referido por outros estudos mencionados pelos próprios (McDonald; Richmond, 2008; Fowler et al., 2009; citados em Bordin, Curto, Sá e Paula, 2009). Essa violência está associada a estas zonas urbanas pois existe maior risco de contacto indireto e direto com, neste caso, a violência; o estudo revelou que estes adolescentes, quando confrontados com amigos ou familiares feridos com armas brancas sentiam uma insegurança e ansiedade maiores que podem levar a uma maior facilidade de integrar comportamentos antissociais, ainda que apenas estes jovens demonstrassem esta evidência e não ficando claro se o meio urbano, em si, é suficiente para ser associado ao comportamento antissocial (Bordin, Curto, Sá e Paula, 2009). Outra possibilidade para esta relação é a maior densidade populacional destes meios, que parece reforçar a participação em comportamentos antissociais de jovens com idades entre os 10 e os 17 anos, como demonstra um estudo realizado nos Estados Unidos (D’Onofrio, Harden, Lahey, Turkheimer, Van Hulle, Rodgers, & Waldman, 2009) e alguns estudos realizados no Reino Unido (Rutter, Cox, Tupling, Berger, & Yule, 1975; citado em D’Onofrio et al., 2009). Contudo, noutros contextos culturais, como a Noruega, o resultado foi o inverso, tendo os jovens localizados em zonas rurais evidenciado maior incidência de comportamentos antissociais (Wichstrom, Skogen, & Oia, 1996; citado em D’Onofrio et al., 2009).

Em Portugal, não existem dados conclusivos sobre o efeito da origem geográfica na incidência de comportamentos antissociais, em particular de adolescentes, para além dos que envolvem criminalidade registada. No entanto, é necessário acrescentar que é em Lisboa e no Porto que se centra o maior número de crimes registados pelas entidades

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais policiais, sendo seguro assumir que nestes meios existe maior contacto direto e indireto com a violência (37.803 e 15.212; Direção Geral da Política de Justiça /Ministério da Justiça, 2014).

No domínio da associação das características de rede social verifica-se que, quanto ao tamanho ou dimensão da mesma, existem algumas relações entre pouca socialização ou mesmo solidão com a incidência de comportamentos antissociais mais graves para com os outros, como homicídio ou violações (Blossom & Apsche, 2013; Martens & Palermo, 2005), revelando que, em teoria, redes maiores serão fatores de proteção.

No que se refere ao impacto da orientação e da distribuição da rede social no comportamento antissocial, é de referir que uma das fontes de influência mais importantes para os adolescentes são os pares, nomeadamente no que diz respeito à integração, ou não, de condutas antissociais (Light, 2014). Neste sentido, verifica-se que as redes sociais, conforme as suas qualidades, relacionam-se de forma diferente com estas condutas antissociais. Uma rede social egocêntrica e orientada para pares antissociais (Portugal, 2007; Arbesman et al., 2012; Milburne, Rice & Steine, 2008) pode incrementar a incidência de comportamentos antissociais (Carlo, Crockett, Randall, & Roesch, 2007; Weinstein & Ryan, 2010). Alguns estudos demonstram também que alguns tipos de comportamentos antissociais podem aumentar a popularidade em grupos de pares e, logo, reforçar o seu surgimento e manutenção (Fefferman & Hock, 2011). Pela análise de literatura, as redes sociais com orientação excessiva para o grupo de pares ou com uma distribuição localizada, com pouca diversidade de relações, podem ser um fator de risco para a emergência de comportamentos antissociais.

III.4. Resultados associados ao comportamento antissocial

O *National Institute for Health & Care Excellence* (2013) destaca os custos financeiros, sociais e interpessoais associados a comportamentos antissociais por parte de adolescentes e respetivos custos nas suas famílias e comunidades (citado em Croft, et al. 2015).

A nível individual, o comportamento antissocial pode ter várias implicações, de um modo geral, negativas. No entanto, há que compreender a variável no sentido que dentro do vasto leque de comportamentos que nela estão incluídos, alguns podem ter *outcomes* positivos e estar inclusivamente relacionados com o sucesso profissional ou empreendedorismo (Obschonka, Andersson, Silbereisen, & Sverke, 2013); há que ter em

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

conta que, tal como foi referido anteriormente, alguns tipos destes comportamentos visam o benefício próprio, pelo que trazem consequências positivas.

A literatura chama à atenção para a reciprocidade desta variável, uma vez que esta pode ser uma fator de risco para os seus próprios fatores de risco; isto é, pegando no exemplo das distorções cognitivas, verifica-se que o comportamento antissocial, quando acontece, enfatiza ainda mais a distorção cognitiva que tenta legitimá-lo, tornando-se numa espiral cada vez mais resistente (van der Velden, Brugman, Boom, & Koops, 2010; citado em Chabrol, 2014). Esta espiral também acontece com outras variáveis como: a neutralização da empatia, traços de personalidade, nomeadamente patológicos como os que encontramos na perturbação de conduta e na perturbação de comportamento antissocial e isolamento social (*American Psychiatric Association*, 2013; Chabrol 2014); este fenómeno é entendido, de uma vertente psicodinâmica, como um mecanismo aditivo que, não decrescendo no início da idade adulta como é comum, tende a manter-se (Jeammet, 1986; citado em Chabrol, 2014).

Estes comportamentos podem também resultar na inserção em comportamentos criminosos e no consumo de substâncias (Fonseca, 2000; Kagan, 2004).

IV. Presente estudo

IV.1. Objetivos

Este trabalho tem dois objetivos. O primeiro objetivo prende-se com perceber de que modo as variáveis demográficas (sexo, idade e origem geográfica) influenciam a incidência quer de comportamentos pró-sociais, quer de comportamentos antissociais. O segundo objetivo passa por perceber como a rede social na sua dimensão, distribuição e orientação influencia a incidência dos mesmos comportamentos. Estes dois objetivos interligam-se, porque permitem analisar, de forma conjunta, fatores individuais e fatores sociais na determinação de comportamentos pró-sociais e de comportamentos antissociais.

A análise de fatores que predizem o comportamento pró-social é importante na Psicologia até pela sua propagação social, isto é, existem indícios empíricos que havendo um comportamento tido como pró-social, pode ser iniciado um ciclo de gratidão que gera outros comportamentos tidos como pró-sociais. Por outro lado, Chang, Chen e Lin (2012) mostram que existem mais probabilidades de um sujeito exercer comportamentos pró-sociais se tiver sido beneficiário de alguns anteriormente. Por outro lado, é importante aprofundar as condições que predispõem para os comportamentos antissociais (Fonseca, 2004; Kagan, 2004), sobretudo ao nível das características da rede que permitam a sua desintegração na passagem para a vida adulta, porque a investigação a este nível é escassa. Por fim, a análise conjunta de comportamentos pró-sociais e antissociais é importante, porque como mostram estudos anteriores, estas duas variáveis não são extremos do mesmo contínuo ou opostos, havendo mesmo correlações entre dimensões de comportamento pró-social (e.g. comportamentos pró-sociais públicos) e comportamentos antissociais (Carlo et al., 2010).

IV.II. Hipóteses

De acordo com a revisão de literatura efetuada, delineamos três hipóteses:

Hipótese 1: Os participantes do sexo feminino, mais velhos e oriundos de meios rurais terão maior frequência de comportamentos pró-sociais.

Hipótese 2: Os participantes com redes sociais pequenas ou médias, distribuídas de forma flexível e com orientação partilhada nessas mesmas redes terão mais frequência de comportamentos pró-sociais.

Hipótese 3: Os participantes do sexo feminino, mais novos e oriundos de meios rurais vão evidenciar menor incidência de comportamento antissocial.

Hipótese 4: Os participantes com redes sociais médias ou pequenas, distribuição localizada e orientação focada nas amizades terão maior incidência de comportamento antissocial.

V. Método

V.1. Participantes

A amostra desta investigação é constituída por 276 participantes, com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos ($M = 12.76$; $DP = .92$) que frequentavam o sétimo ano de escolaridade no ensino regular. Participaram 144 jovens do sexo feminino (52.20%, 106 destes (38.40%) já tinham estado retidos em anos letivos anteriores.

Metade dos alunos ($n = 138$) frequentava três escolas públicas da Grande Lisboa de um universo potencial de 211 participantes. Os restantes alunos pertenciam a 15 escolas da rede pública de uma região predominante rural, a Região Autónoma dos Açores, e foram aleatoriamente selecionados a partir um estudo maior a decorrer no Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Esta seleção aleatória garantiu a mesma proporção por sexo, idades e origem geográfica entre o subgrupo recolhido pelo autor da tese e o grupo aleatoriamente extraído de outro estudo, da responsabilidade do orientador. Este procedimento foi seguido de maneira a permitir uma análise da influência da origem geográfica nas variáveis dependentes, bem como uma maior diversidade dos participantes.

As estatísticas sociodemográficas relativamente aos pais dos participantes dividem-se por profissão e escolaridade. No que diz respeito às profissões das mães, estas dividem-se por trabalho não-especializado (31.20%), comércio e serviços (25.60%), atividades intelectuais (16.40%), desempregados (10.00%), administrativos (8.80%), operários especializados (6.80%) e reformados (.40%). Enquanto que nos pais divide-se por: trabalho não-especializado (29.10%), operários especializados (24.50%), comércio e serviços (22.80%), atividades intelectuais (10.50%), desempregados (8.90%), militares (8.00%), administrativos (2.10%) e reformados (1.30%).

Os dados da escolaridade das mães revelam: 21.70% tem o nono ano de escolaridade completo, 20.30% o décimo segundo ano, 19.20% o sexto ano, 10.90% são licenciadas, 9.10% tem o quarto ano, 2.50% tem bacharelato, 1.80% completou mestrado, 1.10% o doutoramento e .40% tem habilitações inferiores ao quarto ano de escolaridade. As habilitações dos pais correspondem a: nono ano (20.70%); sexto ano (20.30%); quarto ano (15.90%); décimo segundo ano (13%); licenciatura (6.20%); mestrado (2.50%); doutoramento (.70%); e por fim, inferiores ao quarto ano (.40%).

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

No que diz respeito aos dados da rede social, verifica-se que 226 participantes (81.90%) descrevem uma rede social grande, os restantes 15.90% e 2.20% descreveram redes sociais médias e pequenas, respetivamente. Em média, cada jovem colocou cerca de 22 pessoas na sua rede social, embora a variação seja elevada ($DP = 10.85$).

A distribuição é maioritariamente flexível, tendo em conta que 55.10% utilizou os quatro quadrantes disponíveis e 44.90% utilizou três ou menos quadrantes. Apenas 5.10% dos inquiridos apresentaram redes sociais localizadas.

A orientação da rede mais comum centra-se na família, o que corresponde a 52.90% da representatividade da amostra. Segue-se a amizade, com 34.80%, e os restantes valores correspondem a uma orientação partilhada, onde existem pelo menos dois quadrantes (e.g. família e amizades) que correspondem, em simultâneo, àqueles que são mais numerosos (12.30%).

V.2. Instrumentos

V.2.1. Variáveis dependentes

Para medir as variáveis dependentes foram utilizadas duas medidas sob a forma de questionário. O comportamento pró-social foi medido através da aplicação da versão portuguesa do *Prosocial Tendencies Measure-Revised* (Simões & Calheiros, in press) e o comportamento antissocial foi medido com base na escala de comportamento antissocial do *Youth Self-Report* (Goncalves, Dias, & Machado, in press).

V.2.1.1. Prosocial Tendencies Measure-Revised (PTM-R)

O *Prosocial Tendencies Measure-Revised* (PTM-R) contém um total de 21 afirmações, onde o sujeito assinala a opção (de 1- “Não tem nada a ver comigo” até 5 - “Tem tudo a ver comigo”) conforme o grau de afinidade ou identificação que tem com aquilo que está a ser dito. Tal como o que é referido no enquadramento deste trabalho e embora a escala seja utilizada como uma medida única do comportamento pró-social neste estudo, este instrumento constitui uma abordagem multidimensional à pró-socialidade e divide-se por seis subescalas: o altruísmo, com 4 afirmações (e.g. Uma das melhores coisas de ajudar os outros é que isso mostra uma boa imagem de mim) cuja cotação deve ser invertida (4, 9, 19 e 21); o comportamento pró-social público, com 3 itens (e.g. É mais fácil para mim ajudar aqueles que precisam quando está alguém por perto); o comportamento pró-social emocional, que contém 6 itens (e.g. Ajudo as outras pessoas

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais mais facilmente quando a situação é muito emotiva); a complacência, que contém 2 itens como (e.g. Ajudo as outras pessoas logo que elas me pedem); o comportamento pró-social anónimo, que contém 4 itens (e.g. Costumo ajudar pessoas que precisam, quando elas nem sabem que as ajudei), e o comportamento pró-social perante situações extremas, com 2 itens (e.g. Costumo ajudar pessoas que estão muito magoadas; Simões & Calheiros, in press). A versão original de Carlo e colaboradores tem uma consistência interna que vai de .62 na dimensão de complacência até .84 na emocionalidade; na versão portuguesa, a consistência interna encontra-se entre .67 no *horror ou perigo extremo* até .78 no *anonimato* (2011; cit por Simões & Calheiros, in press).

V.2.1.2. Escala de comportamento antissocial do *Youth Self-Report*

Para avaliar o comportamento antissocial foi usada a subescala de comportamento antissocial do *Youth Self-Report* da sua versão portuguesa (Goncalves, Dias, & Machado, in press) é uma escala de comportamentos antissociais, adaptada da escala original de Achenback (1991). Esta escala contém 15 afirmações com três opções de resposta: 0- “Não é verdadeiro”; 1- “Algumas vezes verdadeiro” e 2- “Muitas vezes verdadeiro”. Valores totais mais elevados correspondem a maior incidência de comportamento antissocial, nos últimos seis meses (Gonçalves, Dias & Machado, in press).

A versão original tem uma consistência interna de .86 e a versão adaptada a Portugal tem uma consistência interna de 0.85 (Gonçalves, Dias, & Machado, in press).

V.2.2. Variáveis independentes

V.2.2.1. Dados sociodemográficos

Os dados sociodemográficos foram recolhidos através de um pequeno questionário de dados demográficos que contempla a caracterização de três variáveis utilizadas: sexo (“masculino/feminino”); idade; retenções (“Sim /Não”); e outros valores sociodemográficos como a profissão e escolaridade dos pais.

V.2.2.2. Mapa de rede social pessoal

O mapa de rede pessoal social (Sluzki, 1998) é utilizado para analisar as redes de relações sociais e pessoais do sujeito e a forma como estas se ligam, assumindo uma representação gráfica organizada em quadrantes de relações e que contém um ponto no centro, que representa o inquirido. À volta do ponto central surgem três circunferências, de

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais modo a representar diferentes níveis de proximidade percebida pelos sujeitos. Estas três circunferências estão divididas por duas linhas perpendiculares que se cruzam no ponto central, linhas essas que delimitam quatro quadrantes: “Amizades”; “Família”; Vizinhos/Comunidade (subdivida em vizinhos/técnicos e instituições) e “Colegas de trabalho ou estudo”.

Antes do preenchimento do mapa é elaborada uma lista de pessoas importantes, representadas por siglas. Relativamente à dimensão da rede, a mesma é obtida através da contagem de pessoas representadas na rede por pontos e iniciais do nome e sobrenome. Redes com 6 ou menos elementos são consideradas pequenas, redes com 6 a onze elementos são consideradas médias e redes com doze ou mais elementos são consideradas de grande dimensão (Sluzki, 1998). A distribuição analisa-se pelo número de quadrantes que foram utilizados, sendo que uma distribuição flexível abarca três ou mais quadrantes e uma distribuição localizada dois ou menos quadrantes. Por fim, a orientação analisa-se pelo quadrante que tem mais membros, ou seja, o que for mais representativo para o inquirido.

Algumas variáveis da rede social foram codificadas de forma a facilitar o processo de análise. O tamanho da rede foi simplificado em duas categorias dada a representatividade reduzida dos inquiridos com redes pequenas, codificando-se em “pequena ou média” e “grande”. Quanto à orientação da rede, ou seja, o quadrante maior, apenas a orientação na família e nas amizades se destacaram das demais, codificando-se em “família” e “amizades”, havendo casos denominados “orientação partilhada” em que pelo menos dois quadrantes eram os mais numerosos de forma idêntica. Também a distribuição de quadrantes foi codificada seguindo os mesmos princípios, dividindo-se em “3 ou menos” quadrantes ou “4 quadrantes”.

V.3. Procedimento

Esta investigação associou-se a um outro estudo a decorrer no Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (SFRH/BPD/99616/2014), aprovado pela Comissão de Ética da Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL.

Na recolha de dados, que se prolongou por cerca de dois meses (de janeiro a fevereiro de 2016), foram contactadas escolas da zona da Grande Lisboa. Este contacto aconteceu por intermédio do orientador deste trabalho e foi tratado diretamente com as

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

direções escolares, recolhendo-se as aprovações de três escolas das cinco escolas contactadas, todas elas envolvidas na supervisão providenciada pelo ISCTE-IUL, no âmbito dos respetivos projetos TEIP.

A aplicação foi antecedida de uma formação de duas horas sobre os instrumentos e o modo de aplicação dos mesmos. Numa das escolas mencionadas foi feita uma aplicação teste ($n = 5$) cuja amostra não foi utilizada para a amostra final.

Antes da recolha de dados, procedeu-se ao envio e recolha das autorizações individuais entregues pelos diretores de turma de todas as turmas dos sétimos anos destas escolas aos encarregados de educação. Apenas os jovens cuja autorização do encarregado tinha sido entregue e assinada participaram na investigação.

Foi combinado com cada uma das direções que as recolhas de dados seriam acordadas com os respetivos diretores de turma e realizadas numa aula do mesmo, normalmente Formação Cívica. Existiram algumas exceções a esta regra em duas escolas, em que outros professores se responsabilizaram por estarem presentes na recolha de dados.

No ato da recolha de dados, apenas em três turmas (uma em cada escola) os alunos estiverem sozinhos com o aplicador, sem a presença de qualquer professor, mas com o devido aval dos mesmos. Nas restantes turmas, os professores estiverem presentes. Em qualquer uma das situações, os professores presentes não tiveram qualquer interferência no processo de recolha de dados.

A aplicação do protocolo aconteceu sempre no início de cada aula, e iniciou-se com uma explicação dos procedimentos, por parte do aplicador e autor deste trabalho. Para começar, o aplicador apresentou-se, explicando o porquê de ali estar e qual o seu objetivo (finalização de uma dissertação de mestrado e realização de um estudo); de seguida, fez-se um breve enquadramento de modo a que ficasse claro qual o objetivo de uma investigação científica e como é que esta deve ser feita, apelando às investigações em Psicologia e deixando claro que não existiriam respostas nem certas nem erradas, que aquilo a que se dava foco era às opiniões de cada um, as quais, neste caso, eram sobre a forma como se relacionavam com adultos importantes. Também era explicado que a participação era livre.

Dado o consentimento por cada um dos jovens, o próximo passo foi pedir a cada um deles que enumerasse numa folha todas as pessoas importantes da sua vida (fossem familiares, amigos, professores ou outros membros que considerassem relevantes), independentemente de onde os conhecessem, desde que mantivessem uma relação com essas pessoas (de modo a evitar a colocação de celebridades ou figuras idealizadas através dos media). Estas pessoas eram representadas com o primeiro e último nome.

Enquanto se realizava esta lista, o experimenter distribuía os questionários virados para baixo, colocando o código mecanográfico de cada aluno. Seguidamente, o aplicador introduzia o questionário, lendo as instruções da sua primeira página, deixando claro que esta era confidencial e certificando-se que todos sabem o significado deste termo, pedindo para que não partilhassem as respostas com os seus colegas antes do inquérito acabar e reforçando que não existiam respostas certas ou erradas e acrescentando que este seria preenchido em conjunto por todos os participantes, etapa a etapa. À medida que o aplicador explicava cada parte do questionário, acordava que esclarecia as dúvidas individualmente à medida que fossem surgindo. À medida que os jovens foram terminando, recolheram-se os questionários e agradeceu-se individualmente a participação de cada um, havendo ainda um pequeno espaço em que foi perguntado à turma se têm alguma curiosidade ou dúvida que quisessem ver esclarecidas. Seguiu-se o término e um agradecimento.

V.4. Análise de dados

A análise de dados foi feita com o apoio do programa *Statistical Package for Social Sciences (SPSS; IBM Corp, 2013)*.

Depois de serem inseridos os dados em base adequada, os mesmos foram tratados de modo a analisar se as respostas em falta ou dados omissos são em número elevado (> 3%) e/ou se estão ausentes de forma aleatória. Confirmando-se a aleatoriedade dos dados omissos procedeu-se à sua substituição. No que diz respeito à análise descritiva dos dados, começou-se com a análise à confiabilidade das variáveis, utilizando a análise de *alfa de Cronbach*.

Seguidamente, foi testada a normalidade da distribuição das variáveis dependentes por cada uma das variáveis independentes. Para tal foi utilizado o teste de *Levene*, dadas as exigências da utilização de uma regressão múltipla, de maneira a corroborar se ambas as variáveis dependentes tinham uma distribuição normal na relação com as variáveis independentes (Aiken & West, 1991).

Para completar a análise, foram testados dois modelos de regressão, um para cada variável dependente, incluindo como preditores os fatores sociodemográficos (género, idade e origem geográfica) assim como as variáveis de rede (tamanho, distribuição e orientação).

VI. Resultados

Na resposta aos inquéritos encontrou-se uma taxa de *missings* inferior a 2%, havendo aleatoriedade na sua distribuição de acordo com o MCAR *test*. Os mesmos foram substituídos através do método da máxima verosimilhança (Aiken & West, 1991).

O teste de *Levene* foi utilizado para análise de normalidade na distribuição das respostas aos instrumentos correspondentes a variáveis dependentes (Aiken & West, 1991), garantindo-se a normalidade da distribuição dos resultados pelos preditores, tanto para o comportamento antissocial como para o comportamento pró-social.

O modelo 1 que agregou os preditores para o comportamento pró-social mostrou ser marginalmente significativo, $F(7, 269) = 1.79, p < .010$. De acordo com este modelo, verificou-se que os adolescentes de origem urbana revelam maior frequência de comportamento pró-sociais face aos adolescentes de origem rural ($\beta = .16; p < .02$). Relativamente aos preditores de rede social para o modelo 1, não se verificou a existência de associações significativas destes com a variável dependente.

O modelo 2, ou seja o modelo que analisou a influência dos preditores no comportamento antissocial, foi significativo, $F(7, 269) = 9.71, p < .001$. Ficou evidenciado que os alunos mais velhos têm maior incidência em comportamentos antissociais ($\beta = .36; p < .001$); já no caso da origem sociodemográfica, verificou-se uma relação marginalmente significativa ($\beta = .10; p < .10$) sendo que os jovens de meios urbanos evidenciaram mais incidência em comportamentos antissociais.

No que diz respeito às variáveis de rede para o modelo 2, verificou-se que os participantes com orientação predominante para as amizades denotaram maior incidência de comportamentos antissociais ($\beta = .20; p < .01$) comparativamente àqueles com uma orientação predominante para a família, o mesmo sucedendo como os participantes com orientação partilhada ($\beta = .19; p < .01$).

A Tabela 1 representa as correlações entre todas as variáveis, enquanto que a Tabela 2 mostra os dados dos preditores.

Tabela 1. Correlações entre variáveis em estudo

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Sexo	---							
2. Idade	-.11	---						
3. Origem	-.09	-.03	---					
4. Tamanho da rede	.25**	-.03	.09	---				
5. Orientação	-.02	.04	.26**	-.06	---			
6. Distribuição	.17**	.00	.02	.20**	.20**	---		
7. Comportamento Antissocial	-.05	.36**	.14*	-.04	.25	-.02	---	
8. Comportamento pró-social	-.00	.01	.16**	.09	.03	.08	.23**	---

* $p < .05$; ** $p < .01$

Tabela 2. Regressão múltipla dos preditores do comportamento antissocial e do comportamento pró-social

Preditores	Comportamento antissocial			Comportamento pró-social		
	B	E.P.	95% C. I.	B	E.P.	95% C. I.
1. Sexo	-.05	.40	[-1.12; .46]	-.00	1.60	[-3.18; 3.11]
2. Idade	.36	.21	[.90; 1.71]	.01	.88	[-1.56; 1.90]
3. Origem	.15	.37	[.28; 1.75]	.16	1.59	[1.17; 7.42]
4. Tamanho da rede	-.05	.50	[-1.39; .60]	.08	2.13	[-1.56; 6.83]
5. Orientação						
Amizades	.14	.40	[.21; 1.76]	.08	1.69	[-1.11; 5.53]
Orientação partilhada	.17	.60	[.57; 2.93]	.05	2.60	[-6.70; 3.24]
6. Distribuição	-.07	.39	[-1.22; .30]	.07	1.67	[-1.34; 5.24]
R ²		.20			.05	

VII. Discussão de resultados

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre variáveis sociodemográficas (sexo, idade e origem geográfica) e variáveis de rede (tamanho, distribuição e orientação) com a prevalência de comportamentos antissociais e frequência de comportamentos pró-sociais. A conjunção destes dois tipos de preditores permite uma compreensão mais aprofundada sobre variáveis individuais e de meio e a sua relação com as variáveis dependentes selecionadas.

Em relação à primeira hipótese, os participantes do sexo feminino, mais velhos e oriundos de meios rurais denotam maior frequência de comportamentos pró-sociais, a hipótese foi rejeitada. Especificamente, verificou-se que o meio de origem influenciava o comportamento pró-social de tal modo que os participantes de meios urbanos apresentavam mais comportamentos pró-sociais. Esta relação, no entanto, é apenas marginalmente significativa. Vários autores referem que é muito difícil estabelecer relações entre a origem geográfica e os comportamentos pró-sociais. Em geral, é esperado que adolescentes em meios urbanos tivessem comportamentos pró-sociais em menor número quando comparados com adolescentes de meios rurais, meios que, em teoria, têm menor confronto com a violência (Carlo et al., 2007; Furman & Sibthorp, 2013). Outros estudos indicam o contrário, que por via do suporte familiar ou apoio comunitário em meios rurais, será de esperar uma maior prossocialidade nestes meios, mas ainda assim, os resultados são muito dispersos (Barry et al. 2007; citado em Coker et al., 2013). Os resultados encontrados neste estudo poderão advir de uma combinação destes fatores: a grande centralidade do suporte social das famílias em meios rurais limitam a maior manifestação de comportamentos pró-sociais, ao passo que um maior peso das amizades em meio urbano, em número maior e mais frequentes nas redes, poderão favorecer maior incidência de comportamentos pró-sociais nos participantes de meio urbano (Bernardo & Palma-Oliveira, 2016; Elder & Conger, 1994).

Relativamente ao sexo, seria expectável encontrar nas raparigas mais frequência de comportamentos pró-sociais, algo que não sucedeu. As diferenças na educação de gênero ao longo do tempo, o diferente papel dos sexos nas diferentes sociedades são alguns dos fatores que podem explicar este desfecho, tendo em conta que os estudos sobre este tema não são nacionais (Torstveit, Sütterlin & Lugo, 2016). Os dados encontrados são demasiado

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

dispersos para garantir uma relação entre o sexo e esta variável independente, garantindo que mais nenhuma variável se colocava como mediadora (Fefferman & Hock, 2011; Torstveit, Sütterlin & Lugo, 2016).

A idade também não revelou relação significativa com a incidência de comportamentos pró-sociais, embora a literatura indique de que adolescentes mais velhos têm comportamentos pró-sociais mais frequentes (Christensen, Dollahite, Hardy & Johnson, 2014; Chabrol, 2014), há que salientar que os participantes estão dentro de uma faixa etária apertada, a maior parte deles na pré-adolescência, um momento de transição em que estes comportamentos são menos acentuados, o que pode inibir uma distribuição significativa dos resultados por este preditor (Carlo et al., 2010).

Quanto à segunda hipótese, adiantou-se que os participantes com redes sociais pequenas ou médias, distribuídas de forma flexível e com orientação partilhada nessas mesmas redes terão maior incidência de comportamentos pró-sociais, não se encontraram diferenças significativas em nenhum dos três preditores. Do ponto de vista do tamanho da rede social, uma dimensão mais pequena não garante maior proximidade relacional, embora tal seja mais provável (Wagner, Lüdtke, Roberts, & Trautwein, 2014). Pelo contrário, uma rede grande, se por um lado dificulta certamente o estreitar de laços fortes, por outro também é sinónimo de mais socialização e oportunidades de modelação (Bekkers, Mollenhorst, & Völker, 2005). Deste modo, a dinâmica da rede e do suporte social providenciado nas relações pode ser mais decisivo na promoção do comportamento pró-social do que o tamanho da rede em si.

A distribuição acaba por pecar pelo mesmo motivo, uma vez que a sua conceptualização se sobrepõe um pouco à conceptualização de tamanho da rede (algo que voltaremos a referir adiante), levando a que os resultados esperados não surgissem.

Quanto à relação da orientação com o comportamento pró-social, parece válido, segundo alguns estudos, que a conjugação de meios institucionais (Krehbiel & MacKay, 1988; Sobus, 1995; citados em Weinstein & Ryan, 2010), meio familiar (Carlo, et al. 2010) e pares (Carlo, 2007), reveladora de uma orientação partilhada da rede social, tornam expectável e mais frequente o comportamento pró-social. Ainda assim, tratam-se de conclusões de literatura paralela e não são suficientes para explicar o resultado encontrado (Wagner, Lüdtke, Roberts, & Trautwein, 2014).

Quanto à terceira hipótese, foi proposto que os participantes do sexo feminino, mais novos e oriundos de meios rurais iriam evidenciar menor incidência de comportamento antissocial. Esta hipótese foi parcialmente corroborada: não foram encontradas diferenças

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais significativas devidas ao sexo, mas os participantes mais novos e oriundos do meio rural apresentaram, de facto, menos comportamentos antissociais auto-relatados.

Relativamente à associação da idade com o comportamento antissocial, o estudo parece ir ao encontro das conclusões da literatura. De facto, os alunos mais novos tendem a revelar menor incidência de comportamento antissocial. Embora algumas linhas de estudos refiram que os primeiros comportamentos antissociais mais visíveis acontecem entre os 6 e os 10 anos (Dishion, et al., 1991; Kagan, 2004), se quisermos ser mais precisos apontamos para entre os 15 e os 18 anos como a etapa de maior iminência dos mesmos (Loeber, Stouthamer-Loeber, Van Kammen & Farrington, 1989). Sendo o estudo com jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, os resultados não surpreendem e vão ao encontro da literatura. Este resultado poderá prender-se com vários aspetos que vão desde o momento de desenvolvimento moral e de maior egocentrismo em que os adolescentes mais velhos se encontram até ao facto de a adolescência em si, não apenas por fatores ligados ao desenvolvimento, implicar uma abertura crescente ao risco. Paralelamente, alguns destes adolescentes mais novos podem ainda ter um nível de maturação que se identifique mais com a infância (Croft. et al., 2015; Kagan, 2004). Assim, não podemos desassociar a incidência do comportamento antissocial com o evoluir da adolescência.

Relativamente à relação da origem geográfica com o comportamento antissocial, também podemos considerar que os resultados vão ao encontro do conhecimento anterior. Parece existir alguma tendência para que jovens de meios urbanos estejam mais expostos a contextos de violência e que, por consequência, estejam mais sujeitos a adotar comportamentos antissociais (Bordin, Curto, Sá e Paula, 2009; D’Onofrio, Harden, Lahey, Turkheimer, Van Hulle, Rodgers & Waldman, 2009). Fatores como exposição à violência ou densidade populacional inerentes aos espaços urbanos mostraram, realmente, ser preditores importantes para o comportamento antissocial, nestes meios. Em Portugal, nas suas zonas urbanas, encontra-se a mesma tendência, algo que as estatísticas comprovam (tanto na Grande Lisboa como no Porto, há de facto maior violência ou criminalidade e densidade populacional; Direção Geral da Política de Justiça /Ministério da Justiça, 2014). Os dados nacionais e da literatura internacional parecem então reforçar esta relação.

De acordo com a literatura, o comportamento antissocial difere tendo em conta o sexo do adolescente. Contudo, essas diferenças acentuam-se com a idade e dependem, como refere Castro Fonseca, do tipo de comportamento. Por exemplo, entre as raparigas é mais comum o “espalhar boatos”. A escala usada parece privilegiar um pouco os comportamentos mais agressivos e exteriorizados o que poderá ter levado a menor

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

diferenciação entre rapazes e raparigas neste estudo. De acordo com alguns dados, fica também a ideia de que alguns comportamentos antissociais associados ao sexo masculino já se encontram num limiar de gravidade e idade mais enquadrado com o ponto de vista clínico e não no campo de interesse deste estudo (American Psychiatric Association, 2013; Fonseca, 2000; Fonseca, 2004).

Por fim, a quarta hipótese pressupunha que os participantes com redes sociais pequenas ou médias, distribuição localizada e orientação focada na amizade terão maior incidência de comportamento antissocial. Neste caso, verificou-se que não existem diferenças significativas nos participantes com base no tamanho e na distribuição da sua rede social, mas que os adolescentes com orientação focada (em particular nas amizades) e partilhada evidenciaram maior incidência de comportamentos antissociais face aos mesmos com orientação focada na família. A hipótese foi, pois, parcialmente corroborada.

A orientação focada nas amizades revelou estar relacionada com maior incidência de comportamentos antissociais, tal como é previsto pela literatura. Neste ponto, uma análise profunda da literatura conclui que estamos perante uma tendência e, em alguns casos, um comportamento normativo de adaptação (Fonseca, 2004). Tendo os grupos de pares a importância que têm para o desenvolvimento e integração do adolescente e que alguns autores demonstraram a atratividade e popularidade de alguns comportamentos antissociais, este resultado corresponde ao esperado (Fefferman & Hock, 2011; Light, 2014). Existe ainda a questão de que os grupos de pares geram comportamentos esperados pelo adolescente e vice-versa, ou seja, os adolescentes com mais comportamentos antissociais vão identificar-se com grupos onde sejam aceites e vice-versa (Moultapa, Valente, Gallaher, Rohrbach & Unger, 2004). Assim sendo, há que procurar perceber a forma como os adolescentes criam a sua rede social. Em estudos semelhantes, verifica-se que se a rede de amigos for grande, existem mais potencialidades de relações positivas e isto combate situações de solidão e pouca socialização comuns em orientações mais focadas da rede em certos quadrantes de relações (Salisch, Zeman, Luepschen, & Kanevski, 2014).

Relativamente ao tamanho da rede social, é complexo estabelecer uma relação com literatura no sentido em que existem evidências contraditórias. Por um lado, temos a solidão e pouca socialização associada a alguns comportamentos antissociais (Blossom & Apsche, 2013; Martens & Palermo, 2005); por outro, emerge a ideia de que as redes grandes são sinal de mais oportunidades de modelação, podendo ser um fator protetor (Bekkers, Mollenhorst & Völker, 2005); a situação intermédia é pouco ou nada estudado na literatura. Tendo em conta que a nossa análise é categorial (redes pequenas, médias ou grandes),

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

quase todos os participantes tiveram redes grandes (ver amostra). Além disso, o preenchimento do instrumento acontece em contexto de sala de aula, com vários jovens da mesma idade e com relações potencialmente próximas, algo que pode ser potenciador de mecanismos de desejabilidade social, no sentido de multiplicar as relações representadas (Newcomb, Huba, & Bentler, 1986). Estes dois fatores poderão ter acabado por influir neste resultado, em particular.

Relativamente à relação da distribuição com o comportamento antissocial, o facto deste preditor não ter impacto significativo nesta variável dependente poderá dever-se, em princípio, à organização categorial do preditor levando a um elevado número de sujeitos (cerca de 95%) com redes com três ou quatro quadrantes preenchidos com relações sociais significativas, havendo pouca variabilidade e, logo, pouca possibilidade de serem detetadas diferenças entre formas distintas de distribuição.

VIII. Implicações e limitações

Sendo este estudo desenvolvido com adolescentes, não podemos deixar de dar enorme importância ao facto de, tal como alguns autores referiram (Daves, 2000; Meija, et al., 2006; citados por Coker, et al., 2013), o aumento do comportamento antissocial poder não estar relacionado com a diminuição do comportamento pró-social no sentido em que, como demonstram os resultados no meio urbano, o comportamento antissocial pode ser muito frequente numa determinada zona, mas tal não significa que o comportamento pró-social tenha forçosamente de ser pouco recorrente. Sobre este aspeto, fica a ideia de que algo nos meios urbanos está a funcionar muito bem na potenciação de comportamentos pró-sociais e não tão bem na prevenção de comportamentos antissociais, contrariamente ao meio rural em ambos os aspetos.

Este é um dado que já foi tratado no ponto anterior, na medida em que fica a questão sobre qual deve ser o campo de atuação dos programas de desenvolvimento de competências com adolescentes (e crianças): promover o comportamento pró-social ou prevenir o comportamento antissocial? Considera-se que cumprindo o primeiro objetivo, acabamos por atingir o segundo objetivo. Fica a questão se, até por poupança de recursos humanos e institucionais, promover o comportamento pró-social não será a solução mais viável e menos onerosa, através de programas preventivos ou de promoção de competências. Como se verifica na literatura, os adolescentes estão particularmente sensíveis ao comportamento pró-social e não apenas ao comportamento antissocial (Carlo & Randall, 2001; cit. por Carlo et al. 2010), principalmente com adolescentes mais velhos e/ou de meios rurais, onde parecem existir mais riscos neste campo. Se este é a solução para todo o comportamento antissocial, é difícil prever, mas pode ser, de facto, um importante “antibiótico” para o comportamento antissocial mais agressivo e lesivo para com o outro.

Há que contar ainda com o facto de que esta medida dependente aborda todo o comportamento antissocial e não apenas aquele que é patológico. Os resultados do comportamento pró-social têm então grande relevo, não porque as diferenças no comportamento antissocial não sejam relevantes, mas porque a prossocialidade no seu estado multidimensional mostrou ser independente de sexo, idade ou qualquer variável de rede, e influenciada pelo meio de origem (embora, sob as condições estatísticas que já abordámos).

Outra grande implicação deste estudo prende-se com as diferenças no meio. Ficou evidente que os jovens de meio urbano recorrem com mais frequência ao comportamento

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

pró-social, algo que não era expectável. Estejam as razões que estiverem atrás deste dado, algo é incontestável: em jovens das mesmas idades, no mesmo ano de escolaridade mas em meios diferentes e independentemente dos comportamentos antissociais em que ingressam, os mecanismos de desenvolvimento de comportamento pró-social foram mais eficazes nos jovens de meios de zonas geográficas urbanas. O trabalho em zonas rurais pode começar na infância, trabalhando a moralidade e a empatia pois, por algum motivo, os recursos existentes nos meios rurais parecem ser ofuscados pelos dos meios urbanos (segundo os resultados), muito provavelmente no trabalho que é feito no contexto escolar.

Também o acesso a instituições pode ser uma grande benesse para os adolescentes dos meios urbanos, tendo em conta que podem estar, pelas variáveis de risco que já apresentámos, a ser tidos mais em conta como um grupo de risco e ter mais acessos a programas de desenvolvimento de competências.

É importante ter em conta algumas limitações com que o estudo se deparou. Os diversos estudos consultados referem e definem de forma muito diversa a noção de rede social ou aplicam-na de forma diferente, focando-se apenas em um ou dois campos da rede (e.g. família e amigos; Bekkers, Mollenhorst & Völker, 2005; Chang, Lin, & Chen, 2012; Curlette, 2015; Freeman, 2004; Hollenbeck & Jamieson, 2015). Na grande maioria e por consequência, os métodos utilizados também diferem daquele utilizado para este estudo, algo que pode ter impacto na comparação dos resultados e na interpretação dos mesmos, pelo que a generalização se encontra limitada. Tal como referimos antes, tornou-se difícil desassociar o tamanho da rede e a sua distribuição, pois a sua conceptualização não é tida em conta pela grande parte dos estudos sobre este tema que referimos antes. Utilizando o mapa de rede social de Sluzki, sabemos que o tamanho da rede corresponde a uma divisão categorial (pequenas, médias ou grandes) e que a distribuição ao número de campus utilizado pelos adolescentes. Este aspeto choca com aquilo que encontramos na literatura, ou seja, muitas referências genéricas ao termo rede social que muitas vezes não engloba os cinco campos do nosso instrumento e pouca referência ao número de elementos exato nas redes (Amizades, Família, Colegas de estudos, Comunidade e Técnicos; 1997; 1998; 2010).

Algo que dificultou pois, segundo o ponto de vista adotado por este estudo, uma rede social pessoal é uma rede constituída por todas as relações mais significativas do sujeito (Sluzki, 1998; 2010), independentemente da sua fonte (amizades, família entre outras). Por consequência desta lacuna na literatura, é necessário um exercício exaustivo de literatura paralela e de dividir ou recolher estas variáveis de rede estudo a estudo (tamanho, distribuição e orientação), algo que não permite a correta análise do impacto das mesmas.

Concentrando-se apenas num, dois ou três destes campos o termo distribuição perde o seu peso e deixa de estar mensurado, isto porque é exatamente a utilização de três ou mais campos que nos dá este dado. Tal como já foi dito, apenas por relação com oportunidades ricas de aprendizagem podemos interpretar que, eventualmente, as redes sociais flexíveis serão preditoras de alguns resultados positivos para os adolescentes (Bekkers, Mollenhorst & Volker, 2005; Wagner, Ludk, Roberts & Trautwein, 2014).

Noutros casos, o conceito de rede social estava presente no estudo na forma como eram abordadas questões sociodemográficas mas não era referido como tal, sendo necessário um constante exercício de literatura paralela, procurando conceitos como comunidade ou grupo (Carlo, Crockett, Randall, & Roesch, 2007; Chabrol, 2014) e utilizando fontes mais próximas deste conceito para o explicitar à luz da forma como mensurámos a nossa variável independente (Alarcão, 1998; Portugal, 2007).

Outras das limitações prende-se com o tamanho da amostra, tendo em conta que apesar de não ser pequena para o efeito, algumas relações entre variáveis não puderam ser estabelecidas e apenas com uma amostra mais significativa estes resultados podiam ser generalizados para a população de adolescentes de meios rurais e urbanos. Uma amostra mais dispersa podia, por exemplo, ter uma maior distribuição de sujeitos por categorias diferentes de tamanho e distribuição e permitir mais comparações a esse nível.

Dado esse aspeto, verificamos também que os meios onde a amostra foi recolhida são muito específicos, falamos de escolas tipicamente urbanas em Lisboa e de escolas tipicamente rurais, nos Açores. Essa possibilidade foi muito positiva para estabelecer diferenças entre os dois grupos, mas para as outras variáveis, quer de rede (tamanho, distribuição e orientação) quer sociodemográficas (sexo e idade), poderia haver benefício numa amostra mais dispersa, heterogénea e necessariamente maior. Neste caso, poderíamos utilizar os dados para uma generalização nacional.

Pese embora, uma generalização tenha que ter em conta a dispersão de idades da amostragem. De acordo com o que já verificámos, consideramos que um adolescente de 16 anos tem necessariamente experiências diferentes e pode ter diferenças de maturação muito grandes relativamente a um adolescente de 12 anos (Brooks-Gunn, 1988). Embora tenhamos uma média de idades relativamente equilibrada, também aqui necessitaríamos de uma amostra mais equilibrada, por idades, para permitir análises mais finas.

Relativamente aos instrumentos, deixa-se a sugestão de, em estudos futuros, aliar uma escala que permita a disseminação de comportamentos antissociais. O mesmo se aplica

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais aos comportamentos pró-sociais. Isto pode ajudar a descobrir diferenças entre sexo e idade, tendo em conta o que já referimos no ponto anterior.

Tendo em conta que os dados foram recolhidos em contexto escolar, o momento, local e número de amostra ficou dependente das escolas que aceitaram participar na nossa recolha de dados. O local de recolha (sala de aula) e o contexto de grande número de alunos por sala, alguns que participavam e outros que não, pois não foram devidamente autorizados é suscetível de criar distrações e de permitir que fatores relacionados com desajustabilidade social entrem no caminho do preenchimento da rede social pessoal.

IX. Conclusão

Para finalizar, este estudo teve dois objetivos: procurou encontrar relações significativas entre variáveis sociodemográficas (sexo, idade e origem geográfica) com as nossas variáveis dependentes, o comportamento pró-social e o comportamento antissocial; o segundo objetivo, prende-se com a relação das variáveis de rede (tamanho, distribuição e orientação) com as mesmas variáveis dependentes.

Para atingir estes objetivos, foram delineadas quatro hipóteses: os participantes do sexo feminino, mais velhos e oriundos de meios rurais terão maior frequência de comportamentos pró-sociais (hipótese 1); os participantes com redes sociais pequenas ou médias, distribuídas de forma flexível e com orientação partilhada nessas mesmas redes terão mais frequência de comportamentos pró-sociais (hipótese 2); os participantes do sexo feminino, mais novos e oriundos de meios rurais vão evidenciar menor incidência de comportamento antissociais (hipótese 3); e por fim, os participantes com redes sociais médias ou pequenas, distribuição localizada e orientação focada nas amizades terão maior incidência de comportamento antissocial (hipótese 4).

Entende-se que face aos comportamentos antissociais e pró-sociais, o primeiro objetivo do estudo revelou alguns dados de raiz sociodemográfica interessantes para futuros estudos e cimentar das conclusões de literatura anterior, particularmente no que à origem demográfica diz respeito. Face às variáveis de rede, carecem os estudos utilizados esta ferramenta de rede social pessoal (Sluzki, 1998; 2010) e como tal, o segundo objetivo fica pendente à realização de novos estudos. Muito embora as conclusões serem um aliciente para o desenvolvimento deste tema.

X. Fontes

Ministério da Justiça. (2014). *Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime - Municípios*. Direção Geral da Política de Justiça: Pordata.

Retirado de

<http://www.pordata.pt/Municipios/Crimes+registados+pelas+pol%C3%ADcias+total+e+por+algumas+categorias+de+crime-600>

XI. Referências

- Alarcão, M. (1998). Família e redes sociais, malha a malha se tece a teia, *Interacções*, 7, 93 - 102.
- Achenbach, T. M. (1991). *Manual for the Youth Self-Report and 1991 Profile*. Burlington, VT: University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Aiken, L. S., & West, S. G. (1991). *Multiple regression: Testing and interpreting interactions*. Newbury Park: Sage.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. American Psychiatric Association: Arlington.
<http://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596.744053>
- Bekkers, R., Mollenhorst, & G. Völker, B. (2005). Social networks and prosocial behavior. *Marktdag Sociologie, Marktdag Sociologie, Free University Brussels*, 2.
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. (2016). Urban neighbourhoods and intergroup relations: The importance of place identity. *Journal of Environmental Psychology*, 45, 239-251. doi:10.1016/j.jenvp.2016.01.010.
- Blossom, P., & Apsche, J. (2013). Effects of Loneliness on Human Development. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 7(4), 28-29.
- Briley, D. a., & Tucker-Drob, E. M. (2014). Genetic and environmental continuity in personality development: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 140(5), 1303–1331. <http://doi.org/10.1037/a0037091>
- Brinthaup, T. M., & Lipka, R. P. (2002). Understanding early adolescence self & identity: an introduction. In T. M. Brinthaup & R. P. Lipka (Eds.), *Understanding Early Adolescence Self & Identity: Applications and Interventions* (pp. 1–24). New York: New York Press.
- Brooks-Gunn, J. (1988). Commentary: Developmental issues in the transition to early adolescence. In M. Gunnar & W. A. Collins (Eds.), *Development during Transition to Adolescence: Minnesota Symposia on Child Psychology* (Vol. 21, pp. 189-208). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

- Burnes, B., & Cooke, B. (2013). Kurt Lewin's field theory: A review and re-evaluation. *International Journal of Management Reviews*, 15(4), 408-425. doi:10.1111/j.1468-2370.2012.00348.x
- Calheiros, M., & Simões, F. (in press). The relations between prosocial behaviors and self-regulation.
- Carlo, G., Crockett, L. J., Randall, B. a, & Roesch, S. C. (2007). A latent growth curve analysis of prosocial behavior among Rural Adolescents. *Journal of Research on Adolescence (Blackwell Publishing Limited)*, 17(2), 301–324. <http://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2007.00524.x>
- Carlo, G., Knight, G. P., McGinley, M., Zamboanga, B. L., & Jarvis, L. H. (2010). The multidimensionality of prosocial behaviors and evidence of measurement equivalence in Mexican American and European American early adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 20(2), 334–358. <http://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2010.00637.x>
- Conger, R. D., & Elder Jr, G. H. (1994). Families in troubled times: adapting to change in Rural America. *Social Institutions and Social Change*. A., Gruyter, 200 Saw Mill River Road, Hawthorne, NY 10532. ISBN-0-202-30488-4
- Chang, Y.-P., Lin, Y.-C., & Chen, L. H. (2012). Pay it forward: Gratitude in social networks. *Journal of Happiness Studies*, 13(5), 761–781. <http://doi.org/10.1007/s10902-011-9289-z>
- Chabrol, H. C. (2014). Impact of antisocial behavior on psychopathic traits in a community sample of adolescents. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 78(3), 228-242.
- Çolak, A., Tomris, G., Diken, I. H., Arıkan, A., Aksoy, F., & Çelik, S. (2015). Views of teachers, parents, and counselors toward the Preschool Version of first step to Success - Early Intervention Program (FSS-PSV) in Preventing Antisocial Behaviors. *Educational Sciences: Theory & Practice*, 15(3), 691-708. doi:10.12738/estp.2015.3.2616
- Curlette, W. C. (2015). Advocating for the use of Social Network Analysis in individual Psychology. *Journal of Individual Psychology*, 71(1), 75-85.
- De Dreu, C. K. W., Dussel, D. B., & Ten Velden, F. S. (2015). In intergroup conflict, self-sacrifice is stronger among pro-social individuals, and parochial altruism emerges especially among cognitively taxed individuals. *Frontiers In Psychology*, 6, 572. <http://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.00572>

- Dishion, T. J., Patterson, G. R., Stoolmiller, M., & Skinner, M. L. (1991). Family, school, and behavioral antecedents to early adolescent involvement with antisocial peers. *Developmental Psychology, 27*(1), 172–180. <http://doi.org/10.1037/0012-1649.27.1.172>
- Ende, J. Van Der, & Verhulst, F. C. (2002). Pathways of self-reported problem behaviors from adolescence into adulthood. *The American Journal of Psychiatry, 159*, 401–407.
- Fonseca, A. C. (2000). Comportamentos anti-sociais: Uma introdução. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 1,2 & 3 (Comportamento anti-social e educação)*, 9–37.
- Fonseca, A. C. (2004). Comportamento anti-social: contributos culturais, vivenciais e temperamentais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social: o contributo dos estudos longitudinais* (pp. 413–461). Lisboa: Almedina.
- Fonseca, A. C. (2004b). Prefácio. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 9–11). Lisboa: Almedina.
- Furman, N., & Sibthorp, J. (2013). The development of prosocial behavior in adolescents: a mixed methods study from NOLS. *Journal of Experiential Education, 37*(2), 160–175. <http://doi.org/10.1177/1053825913489105>
- Freeman, L. (2004). The development of social network analysis. *A study in the sociology of science*.
- Gonçalves, M., Dias, P. & Machado, B. C. (in press). *Avaliação da psicopatologia em crianças e adolescentes: aferição da bateria ASEBA*. Projecto de validação em curso. Universidade Católica Portuguesa (UCP).PTDC/PSI-PCL/105489/2008
- Harden, K. P., D'Onofrio, B. M., Van Hulle, C., Turkheimer, E., Rodgers, J. L., Waldman, I. D., & Lahey, B. B. (2009). Population density and youth antisocial behavior. *Journal of Child Psychology & Psychiatry, 50*(8), 999-1008.
- Hardy, S. A., Dollahite, D. C., Johnson, N., & Christensen, J. B. (2014). Adolescent motivations to engage in pro-social behaviors and abstain from health-risk behaviors: a self-determination theory approach. *Journal of Personality, 1–12*. <http://doi.org/10.1111/jopy.12123>

- Heaney, C. A., & Israel, B. A. (2008). Social networks and social support. In K. Glanz, B. K. Rimer, & K. Viswanath (Eds.), *Health and Health Behavior* (pp. 189–210). San Francisco, USA: Josey Bass A-Wiley Imprint.
- Hock, K., & Fefferman, N. H. (2011). Violating social norms when choosing friends: How rule-breakers affect social networks. *PLoS ONE*, 6(10), 2–7.
<http://doi.org/10.1371/journal.pone.0026652>
- Hollenbeck, J. R., & Jamieson, B. B. (2015). Human capital, social capital, and social network analysis: implications for strategic human resource management. *Academy of Management Perspectives*, 29(3), 370-385.
- IBM Corp. Released 2013. *IBM SPSS Statistics for Windows, Version 22.0*. Armonk, NY: IBM Corp.
- Kagan, J. (2004). Comportamento anti-social: contributos culturais, vivenciais e temperamentais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (1st ed., pp. 3–10). Lisboa: Almedina.
- Lai, C., & Yang, H. (2016). Determinants and consequences of Facebook feature use. *New Media & Society*, 18(7), 1310-1330. doi:10.1177/1461444814555959
- Lewin, K. (1999). Experiments in social space (1939). *Reflections*, 1(1), 7-13.
doi:10.1162/152417399570241
- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., Van Kammen, W. B., & Farrington, D. P. (1989). Development of a new measure of self-reported antisocial behavior for young children: Prevalence and reliability. In *cross-national research in self-reported crime and delinquency* (pp. 203-225). Springer Netherlands.
- Light, J. B. (2014). Antisocial behavior trajectories and social victimization within and between school years in early adolescence. *Journal of Research on Adolescence (Wiley-Blackwell)*, 24(2), 322-336.
- Louch, H. (2000). Personal network integration: transitivity and homophily in strong-tie relations. *Social Networks*, 22 Louch, H. (2000). *Personal network integration: transitivity and homophily in strong-tie relations. Social Networks*, 22(1), 45–64. doi:10.1016/S0378-8733(00)00015-0, 45–64.
doi.org/10.1016/S0378-8733(00)00015-0
- Martens, W. J., & Palermo, G. B. (2005). Loneliness and associated violent antisocial behavior: analysis of the case reports of Jeffrey Dahmer and Dennis

O impacto da rede social pessoal de adolescentes nos comportamentos pró-sociais e antissociais

Nilsen. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 49(3), 298-307.

Mason, M., Cheung, I., & Walker, L. (2004). Substance use, social networks, and the geography of urban adolescents. *Substance Use & Misuse*, 39(1), 1751-1777.

<http://doi.org/10.1081/LSUM-200033222>

McMahon, S. D., Todd, N. R., Martinez, A., Coker, C., Sheu, C. F., Washburn, J., & Shah, S. (2013). Aggressive and prosocial behavior: community violence, cognitive, and behavioral predictors among urban African American Youth. *American Journal of Community Psychology*, 51(3-4), 407-421. <http://doi.org/10.1007/s10464-012-9560-4>

Monahan, K. D. (2014). The relation between risk and protective factors for problem behaviors and depressive symptoms, antisocial behavior, and alcohol use in adolescence. *Journal of Community Psychology*, 42(5), 621-638.

Moreno, Jacob Levy. "Who shall survive?: A new approach to the problem of human interrelations." (1934). Book 1. pp. 37-124

Moultapa, M., Valente, T., Gallaher, P., Rohrbach, L. a., & Unger, J. B. (2004). Social network predictors of bullying and victimization. *Adolescence*, 39(154), 315-336. Retrieved from <http://find.galegroup.com/gic/infomark.do?&contentSet=IAC- Documents&idigest=fb720fd31d9036c1ed2d1f3a0500fcc2&type=retrieve&tabID=T002&prodId=GIC&docId=A124698511&source=gale&userGroupName=itsbtrial&version=1.0>

Newcomb, M. D., Huba, G. J., & Bentler, P. M. (1986). Desirability of various life change events among adolescents: Effects of exposure, sex, age, and ethnicity. *Journal of Research in Personality*, 20(2), 207-227.

O'Malley, a. J., Arbesman, S., Steiger, D. M., Fowler, J. H., & Christakis, N. a. (2012). Egocentric social network structure, health, and pro-social behaviors in a national panel study of Americans. *PLoS ONE*, 7(5), 36250. <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0036250>

Obschonka, M., Andersson, H., Silbereisen, R. K., & Sverke, M. (2013). Rule-breaking, crime, and entrepreneurship: a replication and extension study with 37-year longitudinal data. *Journal of Vocational Behavior*, 83(3), 386-396. <http://doi.org/10.1016/j.jvb.2013.06.007>

Piotrowska, P. J., Stride, C. B., Croft, S. E., & Rowe, R. (2015). Socioeconomic status and antisocial behaviour among children and adolescents: a systematic review and meta-

analysis. *Clinical Psychology Review*, 35, 47–55.

<http://doi.org/10.1016/j.cpr.2014.11.003>

- Portugal, S. (2007). Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. *Oficina do CES*, 271. Coimbra: Universidade de Coimbra/CES.
- Rangel, P. (2007). *Conceitos sobre redes sociais no paradigma ecossistêmico*. Pontifícia Universidade de Rio Grande do Sul.
- Rice, E., Stein, J. a., & Milburn, N. (2008). Countervailing social network influences on problem behaviors among homeless youth. *Journal of Adolescence*, 31(5), 625–639. <http://doi.org/10.1016/j.adolescence.2007.10.008>
- Sá., D. G. F. de, Curto, B. M., Bordin, I. A. S., & Paula, C. S. (2009). Exposição à violência como risco para o surgimento ou a continuidade de comportamento antissocial em adolescentes da região metropolitana de São Paulo. *Psicologia: Teoria E Prática*, II (I), 179–188.
- Salisch, M., Zeman, J., Luepschen, N., & Kanevski, R. (2014). Prospective relations between adolescent's social-emotional competencies and their friendships. *Social Development*, 23(4), 684–701. doi:10.1111/sode.12064
- Singh, K., & Dika, S. (2003). The Educational Effects of Rural Adolescents' Social Networks. *Journal of Research in Rural Education*, 18(2), 114–128.
- Sluzki, C. E., & Berliner, C. (1997). *Rede Social Na Pratica Sistemica*. Casa do Psicólogo.
- Sluzki, C. E. (1998). La red social: proposiciones generales. In *La Red social: frontera de la practica sistemica* (pp. 37–69). Editorial Gedisa.
- Sluzki, C. E. (2010). Personal social networks and health: conceptual and clinical implications of their reciprocal impact. *Family, Systems and Health*, 28(1), 1–18. American Psychological Association, DOI: 10.1037/a0019061
- Schroeder, V. A., & Graziano, W. G. (2015). The field of prosocial behavior: an introduction and overview. In V. A. Schroeder & W. G. Graziano (Eds.), *The oxford handbook of prosocial behavior* (pp. 3–36). New York: Oxford Press.
- Torstveit, L. , Sütterlin, S. , & Lugo, R. (2016). Empathy, guilt proneness, and gender: relative contributions to prosocial behaviour. *Europe's Journal of Psychology*, 12(2), 260-270. doi:10.5964/ejop.v12i2.1097
- Van Tilburg, T. (1998). Losing and gaining in old age: changes in personal network size and social support in a four-year longitudinal study. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, 53(6), S313–S323. <http://doi.org/10.1093/geronb/53B.6.S313>

Wagner, J., Lüdtke, O., Roberts, B. W., & Trautwein, U. (2014). Who belongs to me? Social relationship and personality characteristics in the transition to young adulthood. *European Journal of Personality, 28*(6), 586-603.

Weinstein, N., & Ryan, R. M. (2010). When helping helps: autonomous motivation for prosocial behavior and its influence on well-being for the helper and recipient. *Journal of Personality and Social Psychology, 98*(2), 222–244.
<http://doi.org/10.1037/a0016984>

Zoppei, S. G. (2014). Social capital and reported discrimination among people with depression in 15 European countries. *Social Psychiatry & Psychiatric Epidemiology, 49*(10), 1589-1598.

XII. Anexos

Anexo I – Pedido de autorização a escolas

Exmo. (a) Senhor(a)
Diretor da Escola XXX

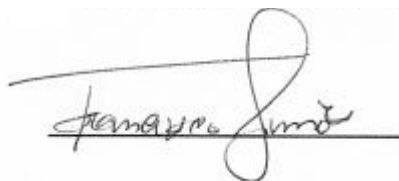
Assunto: Autorização para levantamento de dados

Venho, por este meio, solicitar a V. Exa. autorização para proceder a um levantamento de dados através da aplicação de questionários na Vossa unidade orgânica. Este levantamento de dados encontra-se já devidamente autorizado pela Direção Regional da Educação, como o atesta documento em anexo, e insere-se no projeto de investigação denominado *O uso (in)consistente da autoridade pelos adultos mais influentes dos contextos familiar, escolar e comunitário e a internalização de normas sociais*. Trata-se de uma proposta de investigação que está integrada num projeto de pós-doutoramento, no quadro da ação do grupo de investigação Comunidade, Educação e Desenvolvimento, do Centro de Intervenção Social no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa, unidade de I&D a que estou associado na qualidade de membro efetivo. O trabalho contará com a orientação da Prof. Doutora Manuela Calheiros, da mesma instituição, e da Prof. Doutora Madalena Alarcão, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

O projeto implicará uma recolha de dados com a duração máxima de **90 minutos**, em contexto de **turma/sala de aula**, com alunos do 7º ano do ensino regular, previsivelmente na última semana de outubro de 2015. A recolha de dados será feita pelo investigador principal. Dado que tal recolha implica a sua deslocação à Ilha de S. Miguel, o estudo só será viável se a aplicação dos questionários puder ser feita de forma sucessiva (uma manhã ou uma tarde), em calendário que poderá ser, posteriormente, discutido e acertado com V. Exas..

Mais informo que o estudo será precedido do envio de uma declaração de pedido de consentimento informado para os encarregados de educação, cujo modelo será, posteriormente, disponibilizado.

Grato pela Vossa colaboração, despeço-me com os mais cordiais cumprimentos.
Angra do Heroísmo, 2 de dezembro de 2015



(Francisco Simões)

**Anexo II – Pedido de autorização a encarregados de
educação**

Exmo. (a) Senhor(a)
Encarregado de Educação

Assunto: Autorização para participação em projeto de investigação

Chamo-me Francisco Simões. Sou investigador do Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa.

Neste momento, estou a desenvolver um estudo sobre o tema *O uso (in)consistente da autoridade pelos adultos mais influentes dos contextos familiar, escolar e comunitário e a internalização de normas sociais*. O objetivo deste estudo é perceber como pais, professores e outros adultos importantes na vida dos adolescentes podem contribuir para o seu desenvolvimento social de uma forma mais saudável.

Venho, por este meio, pedir a colaboração do seu educando neste estudo através do preenchimento de alguns questionários. O procedimento terá uma duração máxima de cerca de 70 minutos entre janeiro e fevereiro de 2016.

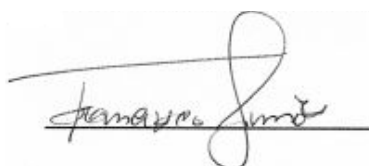
Os dados recolhidos serão confidenciais e utilizados apenas no contexto deste estudo.

Para qualquer dúvida, poderá abordar-me através dos seguintes contactos:

Telemóvel: 966039216/e-mail: francisco.simoes@iscte.pt

Grato pela sua colaboração, despeço-me com os mais cordiais cumprimentos.

Lisboa, 26 de janeiro de 2016



(Francisco Simões)

(DEVOLVER, POR FAVOR, A FOLHA COMPLETA)

Tomei conhecimento das condições do projeto de investigação e autorizo o meu educando (colocar o nome) _____ a participar no estudo, autorizando, ainda, a respetiva equipa a utilizar os dados que aqui forneço no âmbito deste projeto.

Assinatura: _____
____/____/____

Data

Anexo III – Protocolo do estudo

No âmbito deste projeto de investigação, gostaríamos que preenchesse o questionário que se segue de acordo com as instruções apresentadas.

É muito importante que respondas a todas as perguntas. No fim, confirma que respondeste a tudo.

Cada parte do questionário tem instruções sobre como deves responder.

Isto não é um teste. Ao responderes, pedimos-te que sejas o mais honesto/a possível. O importante é a tua perspetiva, as tuas experiências, comportamentos e sentimentos. **Não existem respostas certas ou erradas.** Estamos apenas interessados na tua opinião.

As tuas respostas são **confidenciais**. Quer dizer que ninguém que tu conheças saberá a tua opinião. Por isso, não deves escrever o teu nome em qualquer uma das páginas deste questionário.

Irás ter o tempo suficiente para responderes.

Agradecemos mais uma vez o teu importante contributo neste trabalho.

Sem a tua colaboração tal não seria possível.

Obrigado!

COD: _____

Sexo: Feminino Masculino

Idade: _____

Já ficaste alguma vez retido na escola (chumbaste um ano)? Sim Não

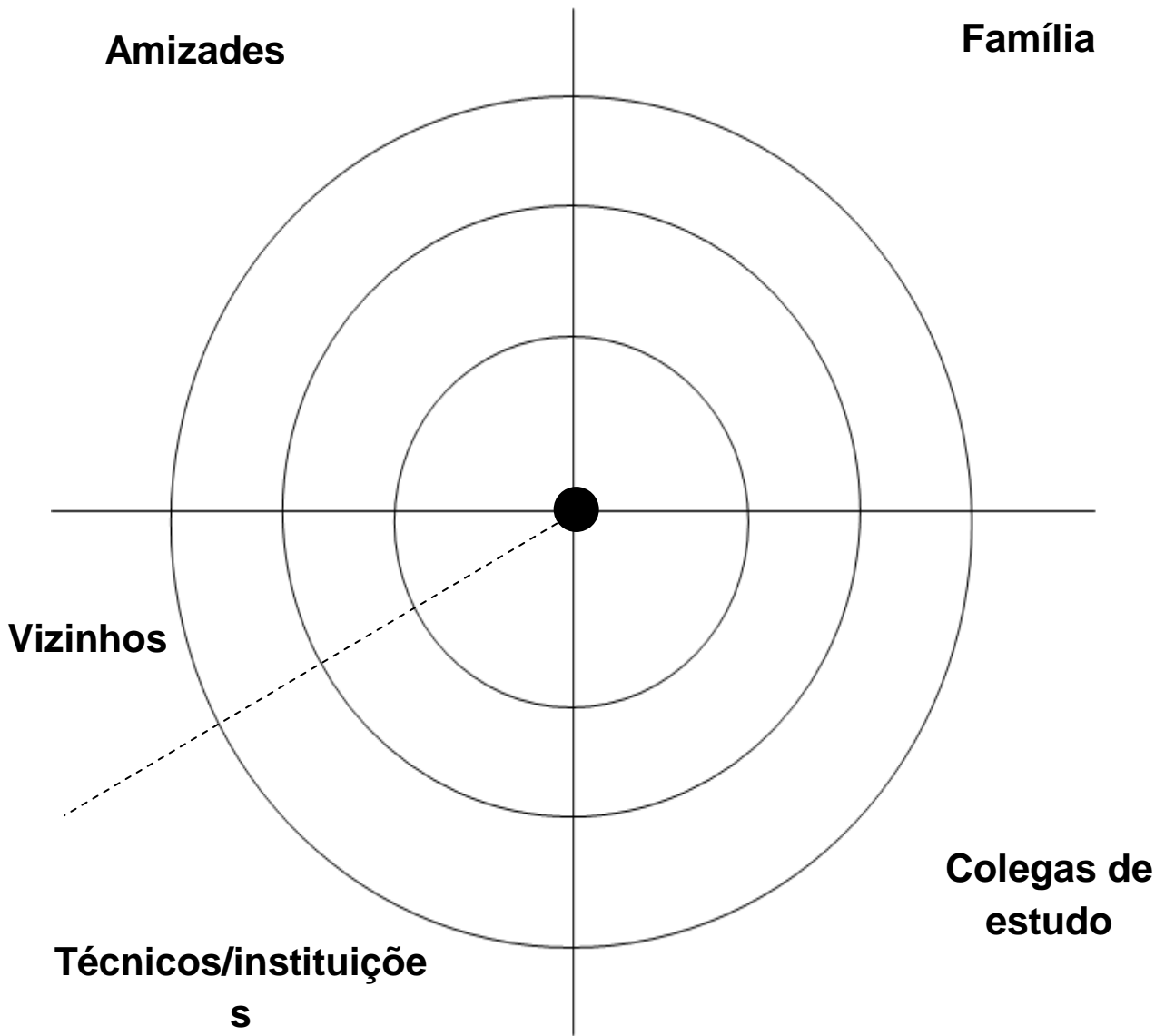
Quantos irmãos tens? _____

Profissão do teu pai: _____

Profissão da tua mãe: _____

Escolaridade do teu pai: _____

Escolaridade da tua mãe: _____



Professor □ **Mentor** □

Segue-se uma lista de frases que descrevem características de rapazes e de raparigas. Lê cada uma delas e indica até que ponto elas descrevem a maneira como tu és ou tens sido **nos últimos 6 meses**. Por favor, responde a todas as descrições o melhor que possas, mesmo que algumas pareçam não aplicar-se exactamente, de acordo com a escala que te é apresentada.

	0	1	2
	NÃO É	ALGUM	MUITAS
	VERDA	AS	VEZES
	DEIRO	VEZES	VERDA
		DEIRO	DEIRO
1. Consumo álcool sem o consentimento dos meus pais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Não me sinto culpado/a depois de fazer uma coisa que não devia.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Quebro as regras em casa, na escola e noutros locais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Ando com rapazes e raparigas que se metem em sarilhos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Minto ou faço batota.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Prefiro andar com rapazes ou raparigas mais velhos/as do que eu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Fujo de casa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Provoco fogos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Roubo coisas em casa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Roubo coisas na escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Digo palavrões ou uso linguagem obscena.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Penso demasiado em sexo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Consumo tabaco.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Falto às aulas ou à escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Consumo drogas sem razões médicas.

Abaixo, vais encontrar algumas frases sobre **a maneira como costumamos dar ajuda aos outros**. Por favor, indica quanto é que cada uma te descreve, usando a escala apresentada. Assinala com uma cruz (X) na resposta mais adequada.

	1	2	3	4	5
	Não tem nada a ver comigo	Tem um pouco a ver comigo	Tem mais ou menos a ver comigo	Tem muito a ver comigo	Tem tudo a ver comigo
1. Eu ajudo melhor os outros quando está alguém a ver-me.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sinto-me bem quando consigo apoiar alguém que está muito chateado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. É mais fácil para mim ajudar aqueles que precisam quando está alguém por perto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Uma das melhores coisas de ajudar os outros é que isso mostra uma boa imagem de mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Costumo ajudar pessoas que estão numa situação de grande crise ou de necessidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Quando me pedem ajuda digo logo que sim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Prefiro dar dinheiro sem ninguém saber.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Costumo ajudar pessoas que estão muito magoadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Acredito que dar bens pessoais (ex. roupa) ou dinheiro funciona melhor quando ganho alguma coisa com isso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Costumo ajudar pessoas que precisam quando elas não sabem que as ajudei.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Costumo ajudar outras pessoas, especialmente quando elas se sentem muito emocionadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Faço um trabalho melhor quando sou observado a ajudar os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. É fácil para mim ajudar as outras pessoas quando estão numa situação difícil.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Na maior parte das vezes, ajudo outras pessoas sem que elas o saibam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Ajudo as outras pessoas mais facilmente quando a situação é muito emotiva.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Ajudo as outras pessoas logo que elas me pedem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. A melhor forma de ajudar as outras pessoas é sem elas o saberem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5
	Não tem nada a ver comigo	Tem um pouco a ver comigo	Tem mais ou menos a ver comigo	Tem muito a ver comigo	Tem tudo a ver comigo
18. Situações emotivas fazem-me querer ajudar quem precisa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Sinto que quando ajudo alguém, essa
pessoa tem obrigação de me ajudar no futuro.

20. Normalmente, ajudo os outros quando
eles estão muito perturbados.

21. Uma das melhores coisas em fazer
voluntariado é que isso dá uma boa imagem
de mim.

Por favor, revê o questionário. Certifica-te que respondeste a todas as questões.

Obrigado!